FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
EBAPE

POBREZA, AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E A BASE DA PIRÂMIDE: O CASO DO APL DE CONFECÇÕES E MODA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ

Henrique Viterbo Farah

Rio de Janeiro, dezembro de 2016

HENRIQUE VITERBO FARAH

POBREZA, AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E A BASE DA PIRÂMIDE: O CASO DO APL DE CONFECÇÕES E MODA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ

Dissertação de mestrado apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas – EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de mestre.
Orientador: Alexandre Faria

Rio de Janeiro, dezembro de 2016

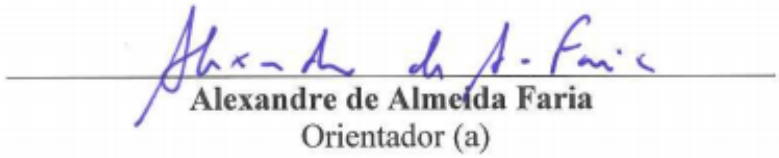
HENRIQUE VITERBO FARAH

POBREZA, AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E A BASE DA PIRÂMIDE: O CASO DO APL DE CONFECÇÕES E MODA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA/RJ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Gestão Empresarial.

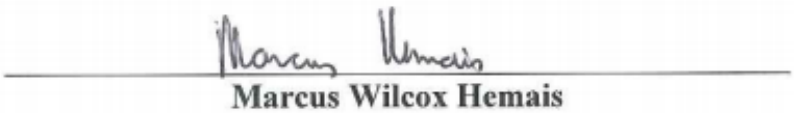
Data da defesa: 19/12/2016

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



Alexandre de Almeida Faria
Orientador (a)

Helio Arthur Reis Irigaray



Marcus Wilcox Hemais

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Farah, Henrique Viterbo
Pobreza, aglomerações produtivas e a base da pirâmide: o caso do APL de confecções e moda do município de Itaperuna/RJ / Henrique Viterbo Farah. – 2016.
82 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.
Orientador: Alexandre Faria.
Inclui bibliografia.

1. Arranjos produtivos locais – Estudo de casos. 2. Pobreza. I. Faria, Alexandre de A. (Alexandre de Almeida). 1963- . II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 351

AGRADECIMENTOS

É com gratidão que retribuo aos meus pais (In memoriam) por todo o carinho e dedicação que se dispuseram a me oferecer ao longo de suas vidas. Ao amor que me foi oferecido por muitos anos, gostaria de lhes entregar, em mãos, o fruto da minha dedicação a esse trabalho que hoje me honra.

Agradeço a minha esposa por todo o amor, carinho e paciência, quem durante esse período acompanhou de perto meu empenho para concluir essa dissertação.

A minha amada filha, que me fez acordar todos os dias, acreditando que posso construir um mundo melhor ao lado dela.

Agradeço também a dois professores em especial que me fizeram enxergar o mundo sob uma perspectiva completamente diferente daquela quando ingressei no mestrado: o meu orientador professor Alexandre Faria e o professor Hélio Arthur Irigaray.

"A pobreza não faz as pessoas pobres. Este é um produto do sistema que criamos, por isso temos de mudar os modelos e conceitos rígidos de nossa sociedade."

(Muhammad Yunus)

RESUMO

A despeito do crescimento médio do PIB mundial, pobreza e desigualdade continuam crescendo em diversas regiões do mundo, especialmente no Sul Global. A literatura da gestão e das organizações demonstra uma crescente preocupação, ao mesmo tempo que expande o modelo dominante de Base na Pirâmide (BoP) por meio do desprezo de alternativas observadas em diferentes partes do mundo. A principal crítica ao BoP sugere que a proposta de transformar pobres em consumidores em economias emergentes deve ser substituída pela proposta de transformar pobres em empreendedores. Esse trabalho desafia essas propostas por meio da análise de aglomerados produtivos, principalmente os APLs que se sobressaem na realidade brasileira, comprometidos com desenvolvimento econômico local – ao invés de desenvolvimento de indivíduos – e a consequente diminuição da pobreza no município de Itaperuna - RJ. A atividade têxtil na região funciona há mais de 30 anos e é considerada um vetor econômico regional, não apenas atraindo consumidores de vários outros municípios e estados, mas também cumprindo funções sistêmicas de desenvolvimento que são desconsiderados pelo modelo do BoP. O estudo foi realizado por meio de análise do discurso de entrevistas semiestruturadas com os participantes do APL e da população da região. Análise mostrou que os aglomerados produtivos contribuem positivamente para elevar a competitividade sistêmica de indivíduos, organizações e regiões locais, favorecendo a redução da pobreza e da desigualdade sob uma perspectiva que poderia ser reconhecida pelos defensores da universalidade do BoP para a redução da pobreza. Pesquisas comparativas adicionais que contemplem alternativas ao BoP devem ser realizadas, principalmente considerando outros aglomerados produtivos.

Palavras-Chave: Base da Pirâmide, Pobreza, APL, Itaperuna

ABSTRACT

Despite the average growth of world GDP, poverty and inequality continue to grow in several regions of the world, especially in the Global South. The literature of management and organizations demonstrates growing concern while expanding the dominant Bottom of Pyramid model (BoP) by scorning alternatives seen in different parts of the world. The main criticism of BoP suggests that the proposal to turn poor into consumers in emerging economies should be replaced by the proposal to turn poor into entrepreneurs. This study challenges these proposals through the analysis of productive clusters, especially the APLs that stand out in the Brazilian reality, committed to local economic development - rather than the development of individuals - and the consequent reduction of poverty in the municipality of Itaperuna - RJ. Textile activity in the region has been operating for more than 30 years and is considered a regional economic vector, not only attracting consumers from several other municipalities and states, but also fulfilling systemic developmental functions that are ignored by the BoP model. The study was conducted through discourse analysis of semi-structured interviews with the participants of the APL and the population of the region. Analysis has shown that productive clusters contribute positively to raising the systemic competitiveness of local individuals, organizations and regions, favoring the reduction of poverty and inequality from a perspective that could be recognized by proponents of the universality of BoP for poverty reduction. Additional comparative research involving alternatives to BoP should be carried out, especially considering other production clusters.

Keywords: Bottom of Pyramid, Poverty, APL, Itaperuna

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (Figuras, Quadros e Tabelas)

Figura 1:	A Base da Pirâmide.....	18
Figura 2:	Rendimento Mensal Médio.....	25
Figura 3:	Pobreza Extrema no Brasil.....	26
Figura 4:	Pobreza Extrema no Brasil e China.....	27
Figura 5:	Município de Itaperuna.....	43
Figura 6:	Distribuição de empregos por setor.....	46
Figura 7:	Remuneração média por tamanho de empresa.....	47
Figura 8:	Índice de Desenvolvimento Humano.....	50
Figura 9:	Evolução do IDH do município de Itaperuna.....	50
Figura 10:	Rua José Rafael Vieira.....	62
Figura 11:	Conjunto de Ações propostas pelo APL.....	70

Quadro 1:	Conceito de Pobreza.....	22
Quadro 2:	População de Itaperuna por gênero.....	45
Quadro 3:	Principais atividades econômicas regionais.....	47

Tabela 1:	PIB e Desigualdade nos BRICS.....	29
Tabela 2:	Ranking IDH municípios noroeste fluminense.....	52
Tabela 3	Faturamento médio das EPP	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BoP	Bottom of Pyramid
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPE	Micro e Pequenas Empresas
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Municipal

SUMÁRIO

Capítulo 1

1	Introdução	12
1.1	Contextualização do Problema	15
1.2	Objetivos	17
1.3	Relevância do Estudo	17

Capítulo 2

Revisão de Literatura

2.1	Pobreza e Desigualdade	19
2.2	A Base da Pirâmide.....	30
2.3	O Arranjo Produtivo como alternativa	33

Capítulo 3

O Município de Itaperuna

3.1	Uma compreensão histórica e geográfica do município.....	42
3.2	O município e a economia: uma visão holística.....	44
3.3	Desigualdade social: o local de Itaperuna.....	49

Capítulo 4

Metodologia da Pesquisa e Coleta de Dados

4.1	Análise do conteúdo	53
4.2	Estudo de caso.....	55
4.3	Coleta e Análise de dados	57

Capítulo 5

O APL e os resultados

5.1 O APL de Itaperuna 60

5.2 Uma nova realidade..... 62

5.3 A população e o polo..... 65

5.4 Por um novo olhar..... 69

Capítulo 6

Considerações finais

6.1 Principais conclusões 72

6.2 Sugestões para pesquisa e ensino 75

6.3 Sugestões para praticantes 76

5.4 Sugestões para políticas públicas e movimentos sociais 76

Referências 77

Capítulo 1

1. Introdução

Apesar do crescimento médio do PIB mundial em 3,0% a.a. entre os anos 1913-2012 a parte mais pobre da população do planeta continuará cada vez mais sem recursos financeiros (PIKETTY, 2014). O campo de organizações e gestão tem mostrado crescente preocupação com o fato de que cerca de 1/3 dos habitantes da terra tem que sobreviver com apenas U$ 2,00 ou menos diariamente (BRUTTON, 2013), mas tem sido tido por muitos como impotente ou até mesmo conivente com esse quadro. Com grande parte da população mundial em situação econômica muito fragilizada os princípios neoliberais da livre concorrência, que informam a literatura dominante de gestão, são impiedosos para aqueles que são incapazes de disputar de maneira equitativa, visto o quadro de imensa contradição social vigente no mundo global.

Por outro lado, de acordo com o modelo da base da pirâmide protagonizado por Prahalad (2005), é possível encontrar um vasto mercado consumidor nas camadas da população através dos investimentos das empresas em economias emergentes, antes não explorados e que poderiam contribuir para a melhora da condição socioeconômica da classe mais pobre não somente via consumo, mas também por meio da criação de condições adequadas para a emergência de empreendedores individuais. Segundo os defensores da ótica do empreendedorismo, esse modelo dever ser usado como instrumento de ruptura do ciclo de pobreza em países menos desenvolvidos e economias emergentes (BRUTTON, 2013).

Um problema crucial da pobreza, o qual devemos estar atentos, é o avanço da desigualdade no contexto da globalização neoliberal sob uma perspectiva mais ampliada. De maneira equivocada, é comum acreditarmos que os mais pobres em qualquer contexto ou região têm ou podem ter as mesmas possibilidades do que os mais ricos para desafiar a pobreza e construir riqueza. Na verdade, com o avanço de mecanismos de financialização – que inclui o próprio modelo da BoP – e de contenção ou apropriação de alternativas no contexto da globalização neoliberal, os mais abastados e o Norte Global acumulam oportunidades de investimento ímpares e, com diferentes tipos de capital a seu favor, enquanto os mais desfavorecidos e o Sul Global são despossuídos, excluídos, ou

exterminados. Segundo diversos autores, o campo de organizações e gestão não tem sido capaz de problematizar o avanço das desigualdades e da injustiça por meio dessa perspectiva ampliada. Esse grande quadro sugere que o modelo da base da pirâmide (BoP) enfrenta muitas limitações, algumas das quais vêm sendo apontadas por alguns autores na literatura produzida nos EUA, para ser tratado como solução sustentável ou universal de combate à pobreza.

Desta forma, acreditamos a análise do empreendedorismo, mais especificamente dos Arranjos Produtivos Locais (APL) pode constituir um dos instrumentos que pode auxiliar aos menos favorecidos a superar quadros mais críticos da pobreza. Estes arranjos, ignorados pelas literaturas *mainstream* e crítica de BoP, são conceituados por Erber (2008, p. 12) como "aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si".

Estas organizações ou arranjos apresentam características diferenciadas em relação as tradicionais empresas privadas e também aos fundamentos do modelo da BoP pois, tem-se como hipótese, que essas aglomerações territoriais possibilitam ganhos de eficiência que os agentes que as compõem não podem atingir individualmente – ou seja, que nelas está presente uma "eficiência coletiva" que confere às aglomerações uma vantagem competitiva específica (ERBER, 2008). Ou seja, cidadãos individualmente frágeis se fortalecem através das APLs ao invés do contrário, como sugerido pelo modelo dominante da BoP.

Ao mesmo tempo, as APLs contribuem não somente para o desenvolvimento dos indivíduos que dela fazem parte e comunidades correspondentes, mas também colabora para a promoção de territórios específicos, aliando iniciativas públicas e privadas e fomentando a agregação de alternativas e heterogeneidades. O economista Fabio Stefano Erber (2008) argumenta que estes arranjos estão inseridos em um contexto econômico, político e institucional do qual as políticas públicas são um componente importante, mas não exclusivo. Entidades privadas e organizações não governamentais são importantes partícipes deste tipo de arranjo territorial de natureza aglomerativa, ao invés de individualista.

Nesta investigação analisaremos dados colhidos através de entrevistas semiestruturadas com questões abertas realizadas junto aos empresários e empregados do APL no município de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro. Neste estudo de caso, contrastando com os fundamentos do modelo da BoP, analisaremos os efeitos do APL

sobre a qualidade de vida e o poder aquisitivo anterior e posterior ao arranjo no município, além de questões referentes a expectativas em relação ao futuro.

Este estudo se torna relevante visto que em se tratando de empresas de micro ou pequeno porte, dificilmente veremos como alternativa ao modelo de BoP algum tipo de arranjo público-privado que estabeleça vantagens para organizações de menor porte em contextos de aglomerados ao invés de mercados. Por meio de um estudo de caso focado no município de Itaperuna/RJ essa dissertação tem o propósito de avaliar até que ponto e por que a organização do arranjo produtivo é uma alternativa viável ao modelo do BoP para a superação da pobreza em uma região empreendedora.

De toda forma, outro ponto que deve ser abordado é o aspecto da gestão, pois normalmente esses pequenos negócios são administrados por pessoas de pouca instrução e precisam ter algum tipo de orientação, quer seja do governo ou de organizações não governamentais para que possam sobreviver ao longo dos anos. Este é uma das variáveis a ser analisada contextualmente.

É importante que venhamos a discutir novos alternativas aos modelos "globalizados" que auxiliem o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios no Brasil (ICHIKAWA, 2005), principalmente porque em nosso país, de acordo com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), eles representam 27% do PIB e 52% dos empregos formais. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem uma das formas de organização que podem auxiliar as diversas regiões pelo Brasil a combater um nível de desigualdade muito grande.

É importante destacar que pequenas organizações de abrangência local e regional são possíveis alternativas em um contexto de globalização econômica e das grandes corporações. A vocação local coloca os pequenos empreendimentos em sintonia com necessidades regionais, justamente, contrastando com lógicas descontextualizadas conectadas à ideia de mercado global.

Neste contexto em que não há mais espaço para empresas de micro ou pequeno porte, pois estes continuam sendo massacradas por grandes corporações multinacionais, seja no aspecto financeiro, tecnológico, da gestão ou ainda mesmo no campo da influência política, se apresentam as APLs. De acordo com o SEBRAE (2003), a organização dos APLs fortalece a competitividade das empresas quando comparada com as mesmas se estivessem sozinhas, intensificando a promoção das mesmas, desenvolvendo cadeias, a economia local e até mesmo a do país. Historicamente, as

indústrias desenvolveram uma maior produtividade através de diversos mecanismos como a economia de escala e estratégias de exportação no contexto da globalização "neoliberal", mas foi apenas após a II Grande Guerra que uma grande onda de fusões e aquisições buscaram novos mercados consumidores "descentralizando" as unidades de produção (LOIOLA, 1998). De acordo com a autora, os principais objetivos "eram o de reduzir o custo do transporte e maior controle sobre as fontes de matéria-prima".

Assim, reforçando a ideia do SEBRAE, as micro e pequenas empresas sofrem uma competição desleal, pois em se referindo a economia de escala, por exemplo, elas não têm sequer poder de compra em grande quantidade, nem conhecimento ou capital suficiente para exportar suas mercadorias, porém o BoP vem se difundindo com o apoio das instituições poderosas e do próprio campo de gestão e organizações (COOKE e FARIA, 2013). Isso por si demonstra a importância do estudo das potencialidades e a constituição do APL´s de maneira a construir um conjunto de empresas que podem, sob uma perspectiva de aglomeração territorial, se fortalecer frente às grandes corporações multinacionais.

Através deste estudo desta alternativa analisaremos mais detalhadamente qual o impacto destes arranjos em uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro. Verificaremos quais as potencialidades de um APL em uma cidade de médio porte do interior do estado.

1.1 Contextualização do Problema

Um dos grandes aceleradores da pobreza e da desigualdade mundial nas últimas décadas é o evento da globalização, o qual segundo Held & McGrew (2001), pode ser entendida como "a ação a distância com compressão espaço-temporal, como interdependência acelerada e intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais". A globalização expõe em nível global a concorrência capitalista pois empresas que antes se preocupavam com a produção e consumo em seus territórios, precisam estar em constante vigia com a entrada de novos atores em seus mercados. As estratégias que analisavam o contexto interno ao das divisas do estado, neste novo cenário, as corporações devem estar atentas ao um mundo sem fronteiras. No mapa político podemos ver claramente o que pertence a um país e o que pertence ao outro, mas quando falamos em capital ou mesmo em poder de influência política, os limites não

estão claros ou mesmo desapareceram (OHMAE, 1989). Acreditamos que a aceleração da globalização teve um resultado no aprofundamento dessas relações entre Estados e Corporações.

Neste mesmo sentido, Faria (2008) reforça a ideia. De acordo com ele:

> Novas tecnologias de informação impulsionaram a globalização por meio de transformações profundas e controversas no sistema financeiro. Grandes empresas de origem local dão lugar a redes corporativas transnacionais de ramificações complexas, cujo desempenho passa a ser medido por indicadores e critérios financeiros estabelecidos pelas matrizes. Em paralelo, a mão de obra passa a ser subcontratada e operada a partir de qualquer país ou região.

Com efeito, acreditamos que a globalização fez aumentar o medo pela concorrência que não é mais local, mas sim global. Empresas que antes se preocupavam com a produção e consumo em seus territórios, precisam estar em constante vigia com a entrada de novos atores em seus mercados. As estratégias que analisavam o contexto interno ao das divisas do estado, neste novo cenário, as corporações devem estar atentas ao um mundo sem fronteiras. No mapa político podemos ver claramente o que pertence a um país e o que pertence ao outro, mas quando falamos em capital ou mesmo em poder de influencia política, os limites não estão claros ou mesmo desapareceram (OHMAE, 1989).

No decorrer dos últimos anos, muitas das corporações multinacionais estiveram envolvidas em atividades que sempre foram consideradas de responsabilidade do poder público. Atividades como educação e pobreza estão sendo operadas por organizações privadas, principalmente em países chamados em desenvolvimento. Estas atividades das empresas demonstram um envolvimento crescente de corporações na regulamentação de negócios global e na produção de bens públicos globais. (SCHERER & PALAZZO, 2010). Matten (2005) reforça exatamente essa ideia, ao afirmar que as corporações entram nessa área para assumir parcialmente determinadas funções no que respeita à proteção, facilitação, e permitindo a dos direitos dos cidadãos, anteriormente uma expectativa apenas sobre os governos. O grande problema é quando a corporação assume para si a responsabilidade de um ente que teoricamente foi eleito para governar, que ditará as regras sociais e de cidadania e que não estará sobre nenhum tipo de controle nem sujeita a intervenção. Podemos supor então que realmente há uma agenda oculta nas atividades chamadas sociais das organizações como bem observado:

> O crescente engajamento político das empresas de negócios não só leva a legitimidade imediata dos problemas de atividades empresariais no nível

> organizacional , mas também questões de características básicas das sociedades capitalistas liberais , i . e. a separação de política e reinos econômicos sobre o nível social . Nas sociedades capitalistas empresas de negócios têm o direito para ganhar lucros dentro das regras do sistema, mas não devem interferir na política próprio sistema. (SCHERER & PALAZZO, 2010 apud FRIEDMAN, 1962)

De fato, o processo de globalização tem limites em muitos sentidos. Se os produtos de consumo se tornam universais, o mesmo não acontece com os benefícios financeiros das grandes empresas transnacionais que escolhem grandes centros para a sua instalação. Da mesma forma demandas regionais dificilmente são contempladas pelos grandes empreendimentos. Desta forma, se é impossível retroceder no que se refere a uma intensa integração econômica mundial, também é verdadeiro afirmar que a valorização dos pequenos empreendimentos locais é uma iniciativa necessária e saudável aos pequenos municípios. É possível, portanto, uma integração entre questões globais, regionais e locais em iniciativas que contemplem diversos interesses para além das questões financeiras.

1.2 Objetivos

O objetivo do presente trabalho é compreender se os Aglomerados Produtivos, mais especificamente os Arranjos Produtivos Locais (APL), oferecem uma alternativa ao modelo vigente de Base da Pirâmide (BoP) exclusivamente no que se refere a questão das Micro e Pequenas empresas (MPE) no Brasil. Com a finalidade de cumprir esse objetivo é fundamental que possamos responder aos conseguintes objetivos intermediários:

- Analisar a formação e atuação do APL de confecções e moda de Itaperuna;
- Compreendendo quais os mecanismos são utilizados por essas empresas para se fortalecerem e competirem em seu mercado.
- Investigar se o ator Governo contribui através de políticas públicas para a consolidação desses negócios.

1.3 Relevância

O modelo de Base da Pirâmide (BoP) apresentado pela literatura dominante de gestão ocidental apresenta-se como a principal a possibilidade para a solução da pobreza que aflige quase 30% da população mundial, por esse motivo compreendemos que é necessário analisar diversas outras perspectivas que forneçam um novo caminho para a

redução da miséria encontrada pelo mundo. Corroboram com esse ponto de vista diversos autores como Munir (2010) e Karnani (2011) que demonstram que o ponto de vista da BoP não é eficaz, ao mesmo tempo que contribui para a mercantilização da pobreza internacional.

Outro ponto que deve ser observado diz respeito a nossa realidade nacional, pois o contexto dos pequenos e médios negócios representa quase 1/3 de todos os empregos formais e mais da metade do PIB no nosso país, por esse motivo faz necessário compreender se esse tipo de organização contribui positivamente para a redução da pobreza do Brasil.

Com efeito, podemos observar que o nosso país conseguiu uma redução considerável das taxas de pobreza nas últimas duas décadas, mas é possível que esse resultado seja apenas consequência direta dos programas sociais de inserção direta de renda para a população, não constituindo assim uma alternativa sustentável para essas populações vulneráveis.

Este estudo é relevante na medida que se emprega no contexto das práticas de estratégias governamentais para a contribuição do fortalecimento das redes de empresas de pequeno porte, na medida que permite que as mesmas tornem-se capazes de se tornarem autossuficientes para competirem com as organizações de grande porte, principalmente as multinacionais.

É importante lembrar que o Brasil está posicionado com a 7ª economia em termos de PIB, mas apresenta índices de desigualdade altos quando comprados globalmente ou mesmo com seus pares do Mercosul. Se podemos contribuir para que nosso país passe a ser um país desenvolvido é através do estudo de estratégias que beneficiem – simultaneamente – o fortalecimento da Pequenas e Médias Empresas, assim como a redução da pobreza.

Capítulo 2
Revisão da Literatura

2.1 Pobreza e Desigualdade

Delimitar o conceito de pobreza nos ajuda a ter uma visão mais objetiva acerca do problema o qual estamos estudando. Por esse motivo é necessário que se compreenda que essa definição é apresentada por alguns autores como unidimensional, levando em consideração apenas a renda. Já por outros autores ela é apresentada como um conceito multidimensional e mais complexo, envolvendo diversas variáveis. Podemos levar em consideração o ponto de vista econômico ou ainda aspectos subjetivos como a satisfação de algumas necessidades (CRESPO E GUROVITZ, 2002). Mas é fato que precisamos nos aprofundar no estudo da pobreza, compreendendo o seu processo de construção e sustentação, de maneira que possamos apresentar novas alternativas para combatê-la.

Existem diversas maneiras para se medir a pobreza, como a falta de recursos financeiros para comprar bens necessários à sobrevivência, tais como alimentos e remédios, ou usando o valor monetário da renda per capita, comparando o mesmo com a distância da média de uma determinada população. Entretanto, a fome talvez seja o aspecto mais marcante dessa condição humana, pois é nela que reconhecemos quando o individuo está desprovido do mais básico necessário para a manutenção das condições mínimas de vida (SEN, 1981). Ainda de acordo com esse autor, a pobreza pode ser a ausência ou a escassez de recursos para se obter o que é mais elementar para viver.

De acordo com o relatório das Nações Unidas, atualmente mais de 836 milhões de pessoas, cerca de 12% da população mundial , vive no que pode ser classificado como extrema pobreza (renda menor que US$ 1,25 por dia) lutando para obter apenas obter algumas necessidades básicas como água, comida.

No Brasil o cenário não é diferente e por isso a situação é nada animadora. De acordo com dados do próprio governo federal, 36 milhões de brasileiros (19% da população) estariam abaixo da linha da pobreza extrema, se não recebesse alguma ajuda financeira, como o programa bolsa família. Sem juízo de valor, o conjunto de programas sociais federais foi capaz de retirar 20 milhões de pessoas desse grave problema, permitindo que estes beneficiários pudessem receber R$ 70,00 per capita, de maneira que pudessem ser representados como pobres e não extremamente pobres.

A definição de pobreza enquanto falta de renda é amplamente compreendida, entretanto não pode ser unidimensional. O aspecto mais reconhecido pode ser a renda, mas é na "impossibilidade de viver dentro de determinados padrões socialmente aceitos" (STOTZ, 2005 apud TESTA, FRONZA, PETRINI, & PRATES, 2013) quando percebemos o sofrimento dos indivíduos e consequências para a sociedade como um todo. A tabela abaixo apresenta outras dimensões da pobreza.

Quadro 1:Conceitos Multidimensionais de Pobreza

Concepções de Pobreza	Indicador Predominante	São Pobres	Principais Índices
Renda	Meio	Os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível	Renda per capita, Derivados de linha de pobreza
Necessidades Básicas	Meio	Os que não tem condições, em especial materiais de atingir as necessidades humanas básicas	IDH, IPH
Capacitação Humana	Fim	Os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável dentro de uma sociedade. (ênfase nas capacidades e oportunidades para ter uma vida longa e saudável, ser alfabetizado e participar livremente na sociedade)	Capability poverty measure, IPH
Acesso ao meio	Meio	Os sem acesso aos ativos produtivos, equidade, governança	Gini, Circulação de Informações

Fonte: Rolim, Andrade, Santana e Melo, 2013.

Assim sendo, mais importante do que a dificuldade em conceituar a pobreza é encontrar as suas causas e formular programas ou soluções eficazes para solucionar essa questão tão fundamental para criarmos uma sociedade mais justa. E a relação entre o crescimento econômico e a diminuição da pobreza nem sempre tem uma ligação direta, sendo esta uma associação bem mais complexa que uma vinculação causa/efeito, como bem destaca Rocha:

> Na verdade, mesmo nos casos bem-sucedidos de crescimento econômico, ficou evidente que taxas adequadas de expansão do produto não necessariamente se difundiam através da sociedade. Eram patentes tantos as dificuldades dos países

> ricos em eliminar redutos remanescentes de pobreza e marginalidade social, como as crescentes desigualdades sociais resultantes do processo de expansão econômica nos países subdesenvolvidos. (2003)

De fato, independente de divergências em relação ao conceito de pobreza, quando buscamos ações para combatê-la objetivamos engendrar possibilidades para que os cidadãos conquistem muito mais do que a sua capacidade consumidora. É evidente que a emergência primordial é o suprimento as necessidades básicas que garantam uma vida digna. No entanto, ao pensarmos ferramentas de alternativas empreendedoras como os APL´s objetivamos, além do fim da fome, o acesso a estrutura do Estado, a informação, educação, enfim, a fatores que possam permitir que a cidadania seja praticada na sua plenitude.

Pobreza no Brasil

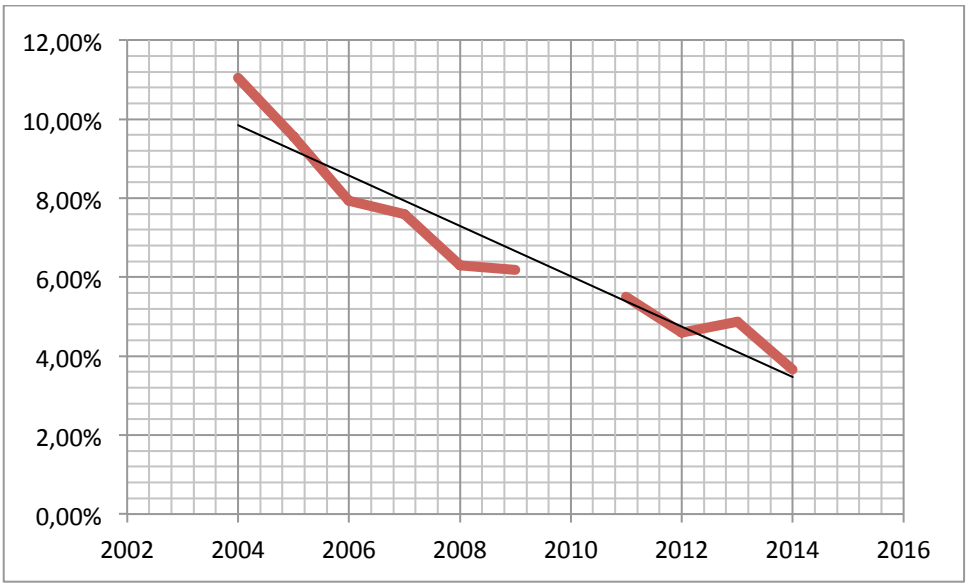
Dados apontam que no Brasil, o crescimento econômico, observado a partir das variações anuais do PIB da última década em conjunto com a redução das desigualdades de renda, medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE, mostraram-se favoráveis à melhoria das condições de vida de sua população. Cabe ressaltar, em primeiro lugar, a variação positiva do PIB entre 2000 e 2008, seguida por uma pausa em 2009, associada à crise econômica mundial de 2008, com recuperação já em 2010, quando houve considerável crescimento (7,6%). Em anos recentes, observou-se desaceleração no ritmo de crescimento do PIB. (IBGE, 2015)

De acordo com a *Síntese dos indicadores sociais* (IBGE, 2015) o rendimento médio e o mediano brasileiro tiveram crescimento real no período, passando de, respectivamente, R$ 828 para R$ 1 245 e de R$ 439 para R$ 732 entre 2004 e 2014. Trata-se de um crescimento em termos reais de 50,3% para o rendimento médio e de 66,7% para o rendimento mediano, em relação a 2004.

Esses movimentos estariam relacionados fundamentalmente à dinâmica do mercado de trabalho, cuja renda constitui a maior parcela do rendimento da população. Destaca-se, nesse sentido, o crescimento do trabalho formal e o aumento da taxa de ocupação que, ao aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, viabilizou ganhos salariais reais em negociações coletivas. Não menos importante se encontra a política de valorização do salário mínimo, que garantiu aumentos acima da inflação aos trabalhadores que recebem o

piso salarial, assim como a um contingente expressivo de aposentados e pensionistas e beneficiários de algumas modalidades de políticas de transferência de renda nos âmbitos federal, estadual e municipal. (IBGE, 2015)

Figura 2: Rendimento mensal domiciliar médio



Fonte: IBGE, 2016. (2010 não houve pesquisa)

Desta forma, é importante ressaltar que existe uma tendência da diminuição das pessoas com extrema pobreza. A pobreza extrema no País caiu a 2,8% da população em 2014, quase a terça parte do percentual da população que vivia nessa condição em 2004.

Dados do governo federal (PORTAL BRASIL, 2016) apontam que no período de dez anos, a queda da extrema pobreza foi mais acentuada entre crianças de até 5 anos de idade, justamente onde era mais alta. O percentual caiu de mais de 14% para cerca de 5% da população na faixa etária da primeira infância.

A redução da desigualdade e da pobreza no Brasil foi acompanhada por melhoria em indicadores de educação e acesso a bens e serviços. Os dados mostram aumento do número médio de estudos no Brasil e da taxa de escolarização, sobretudo na pré-escola. O acesso a bens como televisão, geladeira e fogão está praticamente universalizado no País. Cresceu o número de carros e de telefones celulares. Pela primeira vez, a parcela de pessoas com acesso à internet passou de 50% da população (54,4%), com crescimento de mais de 11% em relação a 2013. (PORTAL BRASIL, 2016)

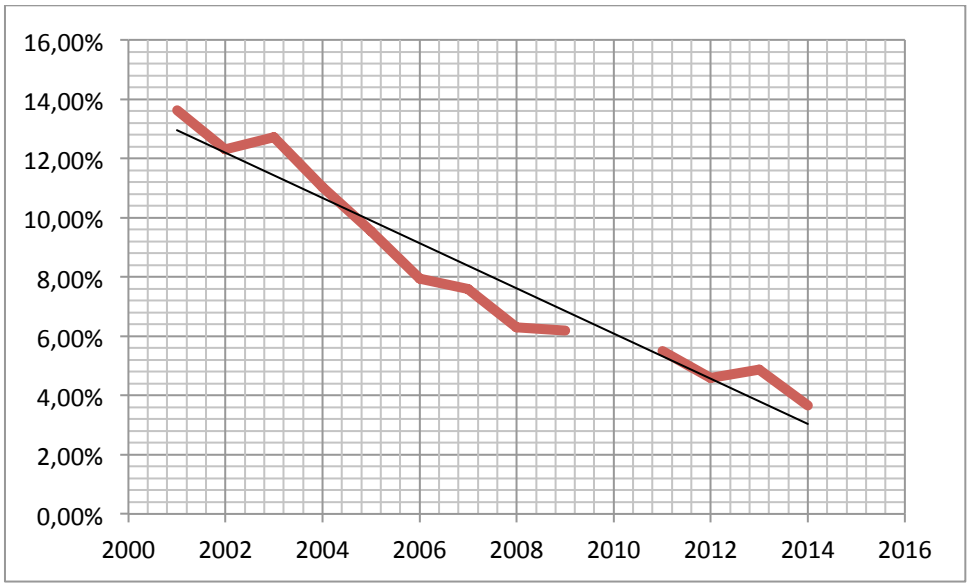
Mesmo com uma melhora considerável do poder de consumo dos brasileiros nas

últimas décadas a desigualdade social ainda continua abismal e a pobreza ainda deve ser combatida. Neste sentido a continuidade de programas sociais e alternativas econômicas que privilegiem a população mais frágil do ponto de vista econômico devem ter o seu seguimento garantido.

Apontamentos do *World Bank* ratificam as afirmações anteriores e destacam que a pobreza extrema no Brasil teve uma queda acentuada nos últimos anos, regredindo de 24,7% da população em 2001 para 7,4% para o ano 2014. Entretanto, esse número ainda pode ser considerado alto. Em um país com aproximadamente 200 milhões de habitantes devemos considerar mais de 14 milhões de pessoas vivendo com menos de R$ 7,00 por dia.

Outro problema que devemos analisar é que a redução da pobreza que pode ser observada na imagem abaixo tem caráter extrínseco. Ou seja, foi consequência de um plano governamental de transferência de recursos diretamente para a parcela da população com menor poder aquisitivo, demonstrando assim a fragilidade dessa melhoria de vida. Desta forma, é necessário perceber as possíveis consequências de uma descontinuidade destes programas sociais de transferência de renda, caso haja uma ruptura com estas políticas.

Figura 3: Pobreza Extrema no Brasil.



Fonte: Banco Mundial, 2016

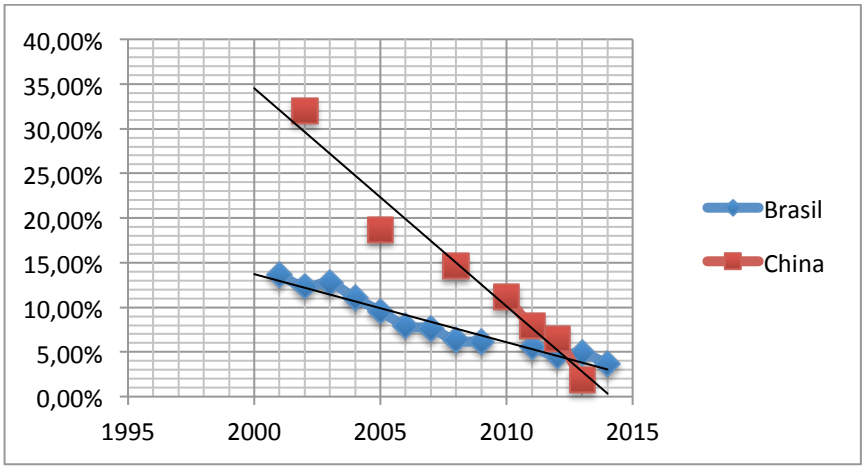
Podemos perceber através dos mais diversos indicadores que os programas sociais são fundamentais para a diminuição da pobreza e para o aumento da qualidade de vida da

população com menor renda. No entanto, é necessário destacar que estes precisam ser articulados com ações que permitam aos pobres ingressarem em um processo de autossuficiência, de modo que não se tornem dependentes de tais programas, de políticas sociais, de partidos políticos ou políticas populistas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família "é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil". Este foi criado em 2003 no governo do então presidente Lula e se apresenta como o principal alicerce ou complemento direto da renda. Não obstante, pudemos verificar que a redução da pobreza em outro país, a China também se observou sem a presença de qualquer programa social do tipo e, que, talvez, existam outras alternativas para a redução da pobreza em nosso país que não seja com a transmissão de renda direta para a população.

Podemos perceber estas questões na figura 4 abaixo. O gráfico explicita que a China, país com 1,28 bilhão de pessoas em 2002 (Banco Mundial, 2016) e US$ 1,46 trilhão de PIB, tinha da 32% população em estado de pobreza, enquanto que o Brasil com PIB de US$ 507 bilhões possuía um percentual de 12,31%, ou seja, menos da metade da pobreza do primeiro país.. Dez anos depois, ou seja, em 2012, a China reduziu a sua pobreza extrema para 6,47% e o Brasil para 4,59% com a ajuda de programas sociais. Podemos perceber que o país asiático conseguiu reduzir 5 vezes o tamanho de sua pobreza, enquanto o Brasil apenas 2,6 vezes, praticamente a metade do país da Ásia.

Figura 4: Pobreza Extrema no Brasil e na China



Fonte: Banco Mundial, 2016

Ao estudarmos a pobreza, não podemos deixar de lado o conceito de desigualdade, que está relacionado diretamente a pobreza. De acordo com Rocha (2006) é possível enquadrar uma tipologia que divide os países em relação a pobreza em três grupos: a) no primeiro grupo, a população como um todo é tão pobre, a renda per capita tão baixa, que

todos aqueles indivíduos não têm o mínimo para sobrevivência e isto é uma característica universal deste grupo de países. Neste grupo podem-se encaixar a Somália, o Burundi, Congo entre muitos outros países da África com renda inferior a mil dólares per capita. O segundo grupo inclui países onde a renda média é alta e a universalização ao acesso de serviços de saúde e educação compensam fortemente algum tipo de desigualdade social e econômica. Neste grupo estão os Estados Unidos, Portugal, França e outros tantos considerados desenvolvidos. O terceiro e último grupo é o dos países em desenvolvimento como o Brasil, a Rússia, Índia e China.

No Brasil a renda per capita em 2003 era superior a US$ 3.000,00, ano que o programa bolsa família teve início. Este ganho não pode ser considerado como pobreza. No entanto, a renda per capita não representa a real distribuição de renda. A média entre todos os ganhos dividido pelo total de habitantes mascara a desigualdade e a miséria. Só em termos de comparação, em 2003 o Brasil tinha um coeficiente de Gini[1] de 58 enquanto os Estados Unidos apresentou um resultado de 40.

A Desigualdade no Brasil

Se a pobreza ou a extrema pobreza é em si um problema grave e que afeta 1/6 de toda a população do Brasil, a desigualdade é mais perversa, porque não permite uma solução pontual ao problema. Em termos comparativos, no Brasil, o 1% mais rico possui a mesma renda que os 50% mais pobres (Rocha, 2006). Outro indicador de desigualdade aceito internacionalmente é o coeficiente de Gini, que no Brasil é de 51,48 ocupando as últimas posições quando comparado aos outros países do mundo, perdendo inclusive de países como o Zimbabwe (PIB de 14 US$ bilhões) e Ruanda (PIB de 7,5 US$ bilhões).

Tedesco (2002) afirma que "apesar de existir um consenso quanto ao reconhecimento da complexidade desses processos, também se admite que um dos fatores fundamentais associado ao aumento da desigualdade é a transformação na organização do trabalho". À medida que ocorre uma evolução tecnológica mundial, os menos favorecidos ficam cada vez mais excluídos dos postos de trabalho, uma vez que não têm a qualificação

[1] O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. (IPEA, 2016)

necessária para alguns ofícios, aumentando cada vez mais a fila dos desempregados e dos sem renda. É um ciclo vicioso, como aponta novamente o autor:

> Essa diferença no ritmo de criação de postos de trabalho está associada a diferenças salariais. Enquanto os setores de alta produtividade podem ter políticas salariais generosas, os setores de serviços, nos quais o vínculo entre salários e emprego é muito alto, estão obrigados a aumentar moderadamente os salários, caso queiram ampliar o número de empregos. (TEDESCO, 2002)

Sendo assim, à medida que os postos de trabalho diminuem nas ocupações laborais que pagam melhores salários acentua-se a desigualdade entre aqueles que não conseguem se qualificar e o restante da população. Apesar de os números apresentados anteriormente demonstrarem que houve uma significativa redução da pobreza no Brasil nos últimos anos, os dados do IBGE em relação a evolução população economicamente ativa fez-nos refletir sobre qual a dinâmica do emprego e renda no país, conforme a figura abaixo demonstra entre os anos 2001 e 2011.

Tabela 1: PIB e Desigualdade nos BRICS

	PIB (US$ Bilhões)	**PIB per capita (US$)**	**Coeficiente de Gini**	**IDH**
África do Sul	$312	$5.691,00	63,38	0,67
Brasil	$1.715	$8.538,00	51,48	0,76
China	$10.866	$7.924,00	42,16	0,73
Índia	$2.074	$1.581,00	35,15	0,61
Rússia	$1.326	$9.057,00	41,59	0,8

Fonte: Banco Mundial e Nações Unidas, 2016.

De toda forma, não podemos simplificar a análise acerca da pobreza e da desigualdade no Brasil e no mundo e apresentar formulas superficiais que diagnostiquem rapidamente estas questões. Todavia buscamos aliar estas informações à realidade local investigada neste estudo de caso. Buscaremos, portanto, apontamentos que nos ajudem a traçar alternativas que possam nos auxiliar na compreensão e combate da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

Globalização e pobreza

Talvez uma das dúvidas mais pertinentes ao tema globalização é: se ele é tão benéfica para toda a população mundial, como então pode-se explicar que ainda exista tanta pobreza e má distribuição de renda? Uma das possíveis explicações é que se espera que a globalização seja responsável pela redução de pobreza ou mais ainda, que as empresas tenham obrigação de melhorar a qualidade de vida das pessoas. De acordo com Michael Blowfield (2007), "a maior promessa da economia globalizada é que ela vai criar um mar de prosperidade, levantar todos os barcos, e mesmo que algumas pessoas ganhem mais do que outras, o tipo de pobreza esmagadora como parte da condição humana será removida" (tradução nossa). Observamos nos diversos dados já apresentados que a promoção da economia globalizada sim propiciou a melhora de vida de muitas pessoas, assim como a melhora da renda e foi capaz de obter redução nos índices de desigualdade de vida, entretanto, creditar somente às empresas a responsabilidade da redução de pobreza é ter uma visão míope. Alguns autores reivindicam que somente através da livre inciativa é que a podemos ver um fim para a pobreza Blowfield (2007).

Munir (2010) afirma que a globalização foi capaz de transformar as relações entre economia e estado e seus benefícios foram amplamente discutidos, todavia a incapacidade de prever com alcance e rapidez fez reconsiderar a crença em uma lógica "puramente baseada no mercado". Assim sendo, torna-se imprescindível o argumento de Blowfield (2007) se as empresas devem conduzir seus negócios de acordo com as leis e com o mercado ou devem de fato importar-se com pobreza. Segundo Prahalad apud Munir (2010), existe um vasto mercado inexplorado na base da pirâmide, e que a participação das empresas multinacionais podem melhorar a qualidade de vida das pessoas nas áreas mais pobres, contudo, "olhar para os mais pobres apenas como consumidores ou produtores é ignorar a complexa natureza da pobreza" Blowfield (2007). Para esse autor é necessário discutir primeiramente se é possível enriquecer em estados não democráticos, ou mesmo analisar se em alguns desses locais menos desenvolvidos não há uma clara exploração da mão de obra.

Parece-nos claro que a pobreza não beneficia a ninguém, muito ao contrário. Uma empresa, por exemplo, pode deixar de designar uma fábrica em uma determinada região

justamente porque aquele local não oferece uma quantidade de pessoas qualificadas o suficiente para trabalharem naquela indústria. Dessa forma, entendemos que a redução da pobreza em si favorece não apenas aquelas populações menos favorecidas, mas também as empresas que precisam de trabalhadores com maiores qualificações.

Outro ponto importante que devemos considerar é que a proposição de que há um mercado imenso na base da pirâmide pode resolver os problemas do pobres, muito menos das companhias multinacionais, como afirma o Aneel Karnani (2006). Em seu artigo, o autor é categórico ao afirmar que o mercado não é tão grande nem lucrativo quanto afirma Prahalad. Para o criador do conceito de BoP, o mercado na base da pirâmide deve concentrar mais 4 bilhões de pessoas, entretanto o banco mundial afirma que esse número, não ultrapassa os 2,7 bilhões e outras pesquisas apontam para no máximo 600 milhões (Karnani, 2006, pág 101). O autor ainda reitera que o consumo de pessoas pobres é de US$ 1,25 por dia e se considerado o tamanho do mercado em 2,7 bilhões estamos falando de um potencial de consumo de US 1,3 trilhão em PPP; entretanto como todo o lucro das multinacionais deve ser remetido de volta para suas matrizes em valores correntes e não em preços de paridade, o mercado global não passaria de US$ 0,3 trilhão, o que pode ser considerado pequeno uma vez que está espalhado mundo afora. Igual aspecto identificado por Karnani é que o mercado da base da pirâmide, muito provavelmente, não é lucrativo como se pensa pois em primeiro lugar os pobres não estão todos concentrados no mesmo lugar, o que eleva os custo com transporte e marketing, sem mencionar que não se podem aproveitar as reduções de ganho com a economia de escala. Para esse autor, devem ser considerados outros pontos também, pois além de serem muito sensíveis as diferenças de preço, o que reduz consideravelmente as margens de lucro de qualquer empresa, pessoas pobres usam mais de 80% de sua renda com comida e transporte, sobrando muito pouco para outros gastos como afirma Prahalad.

Se a redução da pobreza e desigualdade fosse de fato fácil de se realizar, não encontraríamos ainda tantos pobres entre a população global. Nos parece que o argumento da base da pirâmide é um engodo, pois de acordo com o formulador desse conceito, as empresas multinacionais devem tomar a liderança sobre emprego desse mercado (Prahalad e Hart 2002 apud Karnani 2006), mas na prática não é possível que isso aconteça. Em função da renda menor e da menor do orçamento doméstico, pessoas pobres compram produtos mais baratos, que por sua vez só podem ser produtos com menor tecnologia empregada e consequentemente são mais difíceis de se aproveitarem dos benefícios da

economia de escala e consequentemente das margens de lucro maiores (Karnani, 2006). Empresas multinacionais fazem grandes investimentos, os quais só poderão ser compensados ao logo do tempo e com grandes participações de mercado, o que é contraditório a estrutura de pessoas da base da pirâmide que estão geograficamente espalhadas.

O efeito (não) esperado – consumo e endividamento da classe mais pobre

Aos fazermos a análise do consumo, devemos compreender alguns motivos pelos quais as pessoas podem comprar alguns bens. Para os economistas a aquisição de uma mercadoria acontece pelo principio da utilidade da mesma, ou seja, a que fim aquele bem se destina. Entretanto, para a sociologia, principalmente para Baudrillard (1995 apud Griner e Paes, 2014) o consumo é um reflexo do significado que aquele bem tem diante dos outros membros da sociedade. Para esse autor, há uma "lógica no sistema capitalista" que favorece às pessoas a consumirem um determinado produto, ainda que não haja utilidade no mesmo. Sendo assim:

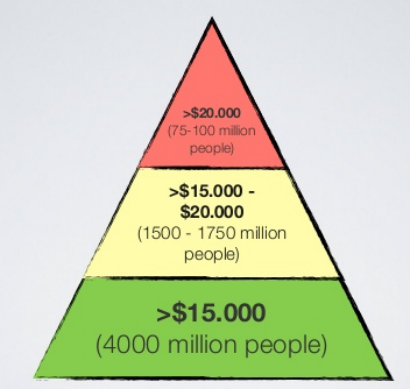
> a disseminação do acesso ao crédito surge como mais uma ferramenta sustentada pelo discurso que alavanca o desenvolvimento econômico e social (...) No entanto, ao mesmo tempo que permite a aparente igualdade a partir dos bens de consumo, leva a perpetuação das desigualdades, onde o dinheiro na forma de crédito, se torna mais uma mercadoria a ser desejada.

O exemplo recente do Brasil, como país que cresceu após o plano real e através do consumo das classes C e D pode ser considerado como um efeito inesperado a exploração da base da pirâmide. Essa população que está literalmente as margens das grandes metrópoles brasileiras, principalmente amontoadas nas favelas, recebeu – oportunisticamente – do governo e dos bancos privados, a concessão de crédito mais fácil elevando consideravelmente o consumo dessa camada populacional. O grande imbróglio como consequência dessa suposta melhora na qualidade de vida, é que houve um enorme aumento na inadimplência dos mesmos, vis-à-vis a expectativa do emprego e renda não terem acontecido (Griner e Paes, 2014). Nos parece então que a teoria que oferece um mercado singular na base da pirâmide, nada mais é que uma oportunidade temporária para as empresas multinacionais colherem seus lucros, mas que em absolutamente nada contribui para a redução da pobreza.

2.2 A base da pirâmide – estratégias para redução da pobreza

A expressão Base da Pirâmide, ou Bottom of Pyramid em inglês, foi cunhada e amplamente divulgada pelo autor indiano C.K. Prahalad em 1995. O termo inglês ou sua abreviação BoP como usaremos daqui por diante, refere-se a população de menor renda no mundo, tendo ele imaginado uma pirâmide segmentada de acordo com as faixas de renda per capita mundial conforme a figura abaixo:

Figura 1: A Base da Pirâmide.



Fonte: Prahalad, 2010.

Para o autor, há uma camada de 4 bilhões de pessoas mundo afora que não é atendida pelas empresas ou seus produtos, pois esses são excessivamente caros para aquela faixa da população ou mesmo porque geograficamente não podem ser atendidos por aquelas empresas (Prahalad, 2010). Segundo ele "a distribuição da riqueza e a capacidade de geração de renda podem ser entendidas sob a forma de uma pirâmide econômica. No topo estão os ricos com numerosas oportunidades de gerar altos níveis de renda, entretanto mais de 4 bilhões de pessoas vivem na BoP, com menos de US$ 2,00 por dia".

A visão do autor é interessante por apresentar uma possível solução para os problemas daqueles que tem menor poder de compra ou estão excluídos do que convencionalmente chama-se de bem estar social. Segundo ele, atuar na BoP é uma solução de ganha-ganha, pois as grandes corporações podem tomar benefício de um mercado antes nunca explorado e os menos favorecidos podem ter acesso a produtos antes não disponíveis.

Para Prahalad, 2010, existem alguns pressupostos que precisam ser rompidos, como a resistência a produtos mais modernos e a baixa predisposição que essa camada da população tem para consumir. Segundo ele o que ocorre é uma grande falta de comunicação das empresas com algumas camadas da população, que não têm acesso a apresentação e usabilidade dos produtos.

O conceito de BoP tornou-se muito importante para as corporações e para a academia após os anos 2000 (Hemais, Casotti e Rocha 2013). Segundo esses autores o livro de Prahalad esteve entre os mais vendidos nas livrarias dos EUA, chamando atenção para um conceito, ainda que se trate de uma população com renda inferior a US$ 2,00/dia o volume de 4 bilhões de pessoas justificava uma "oportunidade única de mercado para as empresas, que, além de lucrar, ajudariam esses indivíduos a saírem da pobreza".

BoP como modelo de sucesso

A abordagem de BoP também apresenta alguns bons resultados nos mercados emergentes. No Brasil por exemplo, podemos observar alguns casos de sucesso como o Beleza Natural, Havaianas e Natura. Respeitas as diferenças de posicionamento e estratégias atuais, todas as empresas citadas anteriormente foram fundadas em um mercado emergente, no Brasil, e começaram as suas atividades com negócios voltados para as classes mais baixas desse país. Alguns aspectos em comum foram encontrados por Spers & Writgth (2013), como a política de preços: "as empresas devem praticar uma política de preços em conformidade com a estratégia das empresas, mas adaptada aos mercados locais. No geral, os preços fixados pelas empresas são mais baixos nos mercados globais de baixa renda do que nos mercados tradicionais definidos por um parceiro local"

Quando analisamos essas três empresas em específico, podemos observar que todas elas fizeram a expansão de suas marcas e produtos conquistando as classes mais baixas com produtos de qualidade razoável e preços que podiam ser suportados pelas classes mais baixas. A Havaianas por exemplo tem hoje, de acordo com o instituto Kantar, 45% de participação de mercado, contra 25% de sua principal concorrente, a Ipanema. A Natura não é diferente nesse mercado, concorrendo com gigantes internacionais com Avon, L'oreal e Procter & Gamble, a Natura consegue no segmento de cosméticos uma participação de 20% sozinha.

Um ponto muito interessante destacado também por Spers & Writgth (2013) é a necessidade de se desenvolver produtos que sejam consumidos especificamente pelas classes populares e que segundo os autores há um componente cultural muito específico em cada mercado que deve ser respeitado por cada empresa. Um emblemático caso que destacamos o da empresa Beleza Natural. A empresa foi fundada no município do Rio de Janeiro no início da década de 1990, com uma solução personalizada para pessoas que tinham cabelos crespos. A empresa teve um crescimento muito rápido porque soube atender a um nicho de mercado que não era atendido por outras redes de cabelereiros nem por produtos de outras empresas líderes de mercado, como L'Oréal ou Procter & Gamble.

A empresa procurou fazer exatamente um produto para aquelas pessoas que não encontravam nos produtos internacionais uma solução para os cabelos e que justamente eram oriundas das classes mais pobres confirme detalhado no estudo de caso de Suarez, Casotti & Almeida (2008): "Nos salões Beleza Natural, em 2007, as consumidoras das classes C e D constituíam 62% da clientela total" . De acordo com revista exame a empresa têm crescido desde 2001 com uma taxa média de 30% a.a. e atingiu no ano de 2013 um faturamento de R$ 140 milhões e mais de 2 mil funcionários, demostrando assim que a aposta nas classes mais pobres pode ser realmente lucrativa.

Críticas ao Modelo

Após a apresentação do modelo, alguns acadêmicos apontaram algumas falhas para aquela proposição de Prahalad (Munir, Ansari e Gregg, 2010). Para esses autores muitos críticos apontam que a "mercantilização do bem estar social não será capaz de oferecer lucratividade nem prosperidade para as corporações multinacionais a medida que elas contribuem para a produtos não essenciais ao invés de servir as necessidades básicas genuínas dessa população". Para esses autores, a teoria na BoP há um exagero de otimismo e é "uma miragem que vai acabar fazendo mais mal do que bem" (Davidson, 2009, Karnani 2007b apud Munir, Ansari e Gregg 2010).

De acordo (Munir, Ansari e Gregg 2010), uma dúvida é suscitava acerca da teoria de Prahalad: ela é de fato uma grande oportunidade para se fazer dinheiro ou ela aborda a vida de pessoas tão necessitadas que precisam de intervenção das corporações multinacionais? Com essa dúvida em mente podemos analisar que – de acordo com a visão ocidental de globalização, a integração dessas comunidades mais pobres aos sistema de

mercado é condutora ao crescimento do bem estar social; não obstante, de acordo com a crítica a esse modelo, a teoria só estaria explorando aqueles que tem menos renda e informação – ocupando assim um espaço "sem proprietários". Uma outra crítica muito importante , ainda segundo Munir apud Karnani, 2007b é uma superestimação do tamanho do mercado de BoP em se tratando de quantidade de pessoas e taxa de consumo.

Outra crítica é (Karnani 2007b, apud Hemais, Casotti e Rocha 2013) tratar os menos favorecidos como um consumidor pode fazê-los a fazer escolhas que não sejam do interesse deles, vis-à-vis o consumo pode ser visto como algo apenas hedonista e imoral, representando um dos "principais males da sociedade" (Hemais, Casotti e Rocha 2013). Segundo Hemais, Casotti e Rocha 2013 apud Bourdieu 2007, o consumo é uma forma encontrada pelos seres humanos para sentirem-se conectados a outras pessoas, de maneira a minimizar o sofrimento causado pelos sentimentos negativos que pessoas têm quando não conseguem concretizar seus laços socais.

É razoável aceitar que haja uma disputa de correntes favoráveis e contarias às ideias de Prahalad. Os primeiros devem argumentar que aumentam-se as oportunidades de negócio, o fluxo de capital, o número de empregos e é possível melhorar a qualidade de vida – o que é questionável. Por outro lado, os que não defendem esse modelo afirma que há uma clara manipulação dos consumidores e, que essa suposta falta de certos produtos, pode afetar aqueles que são predominantemente da baixa renda. (Hemais, Casotti e Rocha 2013)

2.3 O Arranjo Produtivo Local (APL) como alternativa:

Existem algumas soluções para a redução da pobreza que são mais eficientes que essas apresentadas, como indica Karnani (2011):

> Dê a um homem um peixe e você o alimentará por um dia, ensine-o a pescar e ele será capaz de se alimentar pela vida inteira (...) O pescador com uma simples vara de pescar e uma canoa não passará fome, mas continuará pobre. Para que ele possa superar a pobreza ele precisa de um emprego estável e um salario razoável – em uma empresa comercial de pesca. (tradução nossa)

É preciso para de ver a solução da pobreza olhando aos pobres como consumidores conforme afirma Prahalad na teoria da base da pirâmide, por isso, uma das saídas viáveis é através do aumento da renda dessa população por meio do aumento da força de trabalho.

Nesse sentido, de acordo com Karnani (2011), existem duas maneiras para se criarem empregos: o sujeito pode ser empregado de uma empresa ou empreender um negócio próprio. Segundo ele o movimento do microcrédito afirma que é possível ajudar as pessoas mais pobres a começar um negócio próprio, entretanto "a realidade é menos atraente do que a promessa: a grande maioria dos clientes do microcrédito é apanhada em atividades de subsistência e competem em mercados de superlotados; normalmente não tem competências especializadas, nem ativos suficientes para operar em escala e com eficiência.

Por isso, afirma o autor, para redução viável da pobreza é necessário a geração de empregos, aumento da empregabilidade e tornar os mercados mais eficientes. A geração de empregos deve ser feita, afirma o autor, através da criação de oportunidades de trabalho de acordo com as habilidades daquele população específica, ou mesmo qualificar através de programas de educação técnica aumentando a empregabilidade dos trabalhadores. Assim sendo, acreditamos que através de programas fomentados pelo Governo, através do SEBRAE, FIRJAN etc. contribuem para a formação de arranjos produtivos que são mais eficientes do organizações de trabalho individuais.

Aglomerações Produtivas

Em grande parte dos países, as pequenas ou mesmo médias empresas (MPE) têm uma representatividade fundamental para a economia. No Brasil, de acordo com o SEBRAE (2014), estas equivalem a 27% do PIB e mais da metade de todos os empregos com carteira assinada.

No setor de comércio, atividade objeto do nosso estudo, o SEBRAE (2014) aponta que 99,2% das empresas são classificadas como MPE demonstrando assim a importância desse tipo de organização para a economia. No que tange a questão de empregos, o mesmo setor emprega cerca de 70% do pessoal ocupado e contribui com mais de 50% do PIB do comércio. Essas informações por si são suficientes para demonstrar que as empresas de menor porte merecem atenção da academia e dos diversos setores do governo através de suas políticas de incentivo.

O desenvolvimento destas organizações é importante porque as mesmas são capazes de reduzir a verticalização dos processos produtivos muito comuns nos grandes empreendimentos (SANTOS e VARVAKIS, 1999 *apud* PEREIRA E MOORI, 2003)

contribuindo para a criação e manutenção de empregos formais e para o fortalecimento da economia regional.

À medida que cresce a participação do Brasil na economia globalizada, apenas aquelas empresas de maior porte terão capacidade para cobrir todas as etapas da cadeia de valor, sem mencionar a capacidade de oferecer uma redução de custos através da economia de escala, tornando assim maiores as vantagens competitivas para as organizações de maior porte. Sendo assim, a resposta está na formação de redes de cooperação, as quais serão capazes de operar em todas as etapas da cadeia de produção e cada empresa poderia desempenhar aquela função de acordo com a competência principal.

A seguir veremos alguns exemplos de redes de cooperação:

Porter (1998) destaca que a fonte de capitais, informação ou tecnologia pode estar tão perto que podemos obtê-la um clique do mouse. O aumento da velocidade do transporte e das competições reduz o papel do local para a competição. Qualquer empresa pode ser eficiente, mesmo que a distância (o que significa que estar presente em uma determinada região) não é mais uma fonte de vantagem competitiva. De acordo com o autor, o mapa econômico é dominado pelo que ele chama de aglomerados de empresas em uma determinada região geográfica com sucesso em um setor econômico peculiar. Conforme Porter (1998) destaca, "clusters não são exclusivos, no entanto; eles são altamente típicos - e é aí que reside um paradoxo: as vantagens competitivas duradouras em uma economia global se encontram cada vez mais nas coisas do conhecimento local, relacionamentos e motivação, e isto os competidores distantes não podem igualar".

Na opinião de Porter (1998), a localização pode ser uma grande fonte de vantagem competitiva, quando falamos de um porto bem posicionado ou mesmo uma grande demanda de mão de obra de baixo custo, mas a competição atualmente é muito mais dinâmica e as empresas podem reduzir os problemas de uma localização não tão privilegiada fazendo compras de suprimentos em locais mais baratos espalhados pelo mundo ou mesmo tendo a possibilidade de vendas em todo planeta. O que acontece dentro das empresas é importante, mas os clusters revelam que o imediato ambiente externo das empresas desempenha um papel vital também. Na definição deste autor, cluster é a concentração geográfica de empresas interconectas de mesmo ramo de atividade, podendo incluir fornecedores de equipamentos, componentes ou mesmo serviços especializados.

O *cluster* mais famoso no mundo é o de vinhos da Califórnia, contendo mais de 700 vinícolas, produzindo mais de 90% dos vinhos dos EUA, atualmente em 4º lugar em termos de produção global.

Estas aglomerações podem promover, simultaneamente, a competição e a cooperação, de forma que os concorrentes podem se comportar vigorosamente para conquistar ou manter um cliente através de uma política temporária de preços baixos que pode se sobressair a outro regime de preços determinado por uma grande corporação em outra localidade. Eles podem também agir de forma a cooperar, fazendo com que haja uma divisão de atividades, fazendo que cada empresa possa atuar em cada uma das partes da cadeia de valor.

Para Porter (1998), a competição moderna depende da produtividade e não do acesso a matéria prima; segundo ele o mais importante é como a empresa compete e não o setor na qual ela compete, conforme verificamos:

> A sofisticação na qual as empresas competem em uma determinada localização, todavia, são fortemente influenciadas pela qualidade do meio ambiente local. As empresas não podem empregar, técnicas logísticas avançadas, por exemplo, sem um uma alta qualidade de infraestrutura de transporte. Nem as empresas podem efetivamente competir com serviços sofisticados, sem poder contar com empregados bem educados.

Uma das características importantes para melhora da produtividade do cluster é a redução dos custos com contratação e treinamento de pessoal. Quando diversas empresas do mesmo setor econômica estão ordenadas na mesma região geográfica é claramente mais fácil atrair pessoas com conhecimento e experiência naquela atividade laboral, evitando inclusive grandes períodos com uma vaga não preenchida, o que pode – em certos momentos, significar uma redução na produção daquele negócio.

Outro ponto que pode ser bastante significativo é o gerenciamento de suprimentos para produção ou estoque para comercialização. Quando organizadas em clusters, essas empresas podem se beneficiar de uma compra coletiva, que além de reduzir o custo da compra de materiais através do poder de barganha, proporciona a diminuição dos custos de transporte ou até simplifica os processos de importação – quando for o caso.

Por fim, mas não menos importante, os clusters podem se beneficiar com a comunicação coletiva ou mesmo tornando-se uma referencia para local, regional ou ainda nacional para os consumidores daqueles produtos. À medida em que exista uma grande variedade de produtos, os consumidores sentem-se motivados a procurarem aquele local na

busca pela multiplicidade de produtos e quiçá preços. São muito comuns nesses locais a realização de feiras e eventos, o que por si só reduz o custo com comunicação, e amplia a noção na mente do consumidor que aquela localidade é o centro para se comprar determinado produto. (PORTER, 1998).

Os clusters podem ser de vários setores da economia e no Brasil temos representantes de diversas indústrias. Um bom exemplo é o da indústria de calçados, no qual o nosso país é o 3° maior produtor mundial e conta com alguns aglomerados no país. Podemos citar dois Clusters nacionais de calçados: o de Franca, interior do estado de São Paulo e o do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. O primeiro e mais antigo, no Estado de SP representa na atualidade 7,5% da produção nacional, enquanto o do Vale do Sinos reúne quase 40% de toda a produção do nosso país. (ABICALÇADOS, 2016)

Para efeito de análise, somente em Franca, de acordo com o (SINDFRAN, 2016) há mais de 200 fornecedores de matéria prima, juntam-se aos 20 fabricantes de máquinas, 8 agentes exportadores e mais de 2 mil prestadores de serviço gerando mais 18 mil empregos.

No estado do Rio de Janeiro, um cluster muito importante é do Nova Friburgo, interior do estado. Neste, as principais atividades são a fabricação e comercialização de Moda íntima, concentrando mais de 800 empresas, gerando 8.282 empregos diretos (SEBRAE, 2004). O cluster de Nova Friburgo constitui o centro de um sistema que engloba outros municípios do estado como Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras e Cantagalo, representando um total de 25% de toda a moda íntima fabricada no país. Conforme afirma Britto (2004),

> Apesar da maior parte das empresas serem de estrutura familiar, seus empresários vêm crescentemente empenhado na inovação de tecidos e modelos, trazidos pelas frequentes feiras que ocorrem no município. Além disso, destaca-se o apoio oferecido pelo sindicato patronal, pela federação das indústrias de Nova Friburgo e pelo SEBRAE local, que auxiliam as empresas da região a identificar as novas tendências de mercado e a melhorar a sua organização produtiva, facilitando a definição de metas e de clientes-alvo.

Em 2002 foi criado pelo Sindicato Patronal, o SINDVEST, uma organização de cooperação para servir como membro de governança para este Cluster. Chamado de conselho da moda, esta grupo reúne alguns empresários, o poder público e algumas entidades técnicas que ajudam a melhorar a competitividade e aumentar a produtividade de todas as empresas, formando inclusive consórcios para exportação e prospecção comercial.

É possível observarmos no exemplo do Cluster de Nova Friburgo, que as empresas de pequeno e médio porte, foram capazes – através da rede de cooperação, de adquirir uma melhor credibilidade junto aos seus clientes e fornecedores, aumentando a capacidade de produção e vendas, se comparadas a um modelo onde não estejam agrupadas. De acordo com Perera e Moori (2003), uma outra grande vantagem deste tipo de organização entre as empresas está na redução do risco porque há uma concentração da demanda de consumidores que vão a mesma região fazer negócios.

Distritos Industriais

O primeiro autor a conceituar distrito industrial foi Alfred Marshall em 1890, entretanto o conceito foi revitalizado por Giácomo Becattini em 1979, no momento em que as grandes empresas italianas estavam perdendo terreno para os concorrentes internacionais. (MELO, 2006)

De acordo com o autor, o desempenho econômico superior das indústrias que estavam geograficamente concentradas no nordeste da Itália, não podia mais ser correlacionado com as teorias econômicas anteriores, vis-à-vis apresentarem características incomuns, como serem constituídas em sua maioria por empresas de pequeno e médio porte. Usam da inovação e respaldo no exterior daquele país. Becattini *apud* Melo (2006), define o distrito industrial como uma "entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa, numa área territorial circunscrita, natural e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas industriais".

Para Becattini, algumas características precisam ser verificadas em um distrito industrial, para que tal conceito seja confirmado, como a presença de pequenas e médias empresas independentes uma das outras, mas que trabalham em uma única atividade econômica, ainda que em fases diferentes da cadeia de valor, mas de caráter industrial. Segundo o autor, os distritos industriais são em sua maioria, pequenos ou médios centros urbanos, que têm uma certa história naquela atividade fabril. (MELO, 2006)

No Brasil, no ano de 1967 foi criado a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), com o objetivo de criar e desenvolver distritos industriais. Um dos projetos de grande relevância nacional desta empresa foi o distrito industrial de Macaé, localizado no município de mesmo nome no interior do estado do Rio de Janeiro. Neste distrito podem ser encontradas mais de 144 empresas, responsáveis pela

geração de mais de 20 mil empregos diretos. A instalação desse distrito é tão importante para o município, que segundo dados do IPEA o PIB do município cresceu cerca de 239% entre os anos de 1975 e 1985. (BRITTO, 2004)

Sistema Produtivo Localizado (SPL)

O distrito industrial (DI) estudado por Marshall tem importância fundamental na compreensão das vantagens competitivas obtidas através da proximidade geográfica pelas empresas, entretanto não é capaz de explicar outros tipos de aglomerados que não sejam de caráter fabril. Outro ponto analisado por aquele autor refere-se aos benefícios resultantes de uma divisão organizada de trabalho entre as empresas que estão localizadas no DI, de forma que é necessário que cada membro reconheça a sua tarefa claramente para aumentar a eficiência do aglomerado.

> Em outras palavras, a eficácia de um sistema localizado formado por pequenas empresas seria, em grande parte, o produto de sua inscrição socioterritorial, não resultando exclusivamente do jogo conduzido entre as empresas propriamente ditas – como no caso da teoria dos polos de crescimento. Em suma, a originalidade do modelo de Marshall consiste em articular os recursos econômicos, sociais e culturais existentes num dado território. Essa articulação, permite impulsionar o desenvolvimento geral da indústria e este, por sua vez, provoca o crescimento das economias externas, conferindo maior eficácia ao sistema empresarial.

Para explicar outros modelos de aglomerados, talvez a noção de DI não mais faça tanto sentido, uma vez que aquele modelo não é capaz de tratar de atributos como a transmissão de informações, principalmente através de contatos diretos entre os membros dos aglomerados. É possível observar, também, que em alguns aglomerados não há a divisão de tarefas e algumas empresas concorrem diretamente umas com as outras.

Assim, a noção de Sistema Produtivo Localizado (SPL) compreende ao conjunto de empresas que se beneficia "de uma forte identidade e características que permitem a à coletividade local de se defender e reproduzir", sem que necessariamente haja divisão de tarefas ou que seja explicado somente pela proximidade geográfica.

Os SPL podem ser de natureza econômica diversas como o comércio de um produto ou mesmo a prestação de serviços. A título de exemplo, podemos destacar o setor de confecção e comércio de vestuário localizado no município de Petrópolis, mais precisamente, conhecido como Rua Teresa.

Arranjo Produtivo Local (APL)

De acordo com Cassiolato e Lastres (2011), existem diversos tipos de aglomerações produtivas estabelecidos na mesma região geográfica que atuam no mesmo setor produtivo, seja ele fabril, comercial ou de prestação de serviços. De acordo com estes autores, apesar de haver diferentes denominações como Cluster, Sistema Produtivo Local ou Arranjo Produtivo Local, "no Brasil a expressão mais difundida é Arranjo Produtivo Local (APL)". Segundo esses autores o conceito mais aceito é:

> Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação de empresas – que podem ser produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria, comercializadoras, clientes, entre outras – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO, J.E., LASTRES, H.M., 2011)

Para o francês François Perroux em seus estudos sobre os polos de crescimento, não se pode observar um desenvolvimento de todas as empresas de maneira linear, pois alguns territórios oferecem uma vantagem sobre os demais: "fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia" (PERROUX, 1977 p.146 *apud* JESUS e SPINOLA, 2015).

Por esse motivo, faz-se necessário compreender o desenvolvimento de um polo, no sentido que esse atrai para si investimentos, reforça a aglomeração de empresas, elevando a renda e induzindo os investimentos públicos e infraestrutura. (BNDES)

Nos parece que o modelo de aglomerado produtivo, seja ele em forma de Distrito Industrial, Sistema Produtivo ou Arranjo Produtivo Local só apresenta vantagens aos empreendedores que se reúnem. Para Cunha (2002), no caso específico dos APL's as vantagens pode ser divididas em duas categorias: as "economias passivas", que permitem a redução do custo com transporte em função da proximidade com o cliente ou fornecedor e

as “economias ativas”, que viabilizam o acúmulo e intercâmbio de conhecimento tácito ao longo do tempo.

Capítulo 3

O Munícipio de Itaperuna e o Caso

3.1 Uma compreensão histórica e geográfica de Itaperuna

Neste momento nossa intenção não é elaborar um longo ensaio acerca do histórico, assim como das características geográficas do município de Itaperuna. No entanto, julgamos pertinente, que algumas informações sejam apresentadas para que possamos analisar de forma mais contextual a situação do local investigado e termos mais ferramentas que nos auxiliem de forma mais completa na compreensão do caso proposto.

É importante perceber algumas referências históricas que devem ajudar na percepção de peculiaridades que podem ao mesmo tempo o inserir em um caso de estudo que tem características comuns a outros municípios do Rio de Janeiro, como também poderemos perceber peculiaridades que o tornam um objeto específico. Com efeito, um estudo de caso sempre trará especificidades locais inseridas em um contexto mais amplo e global.

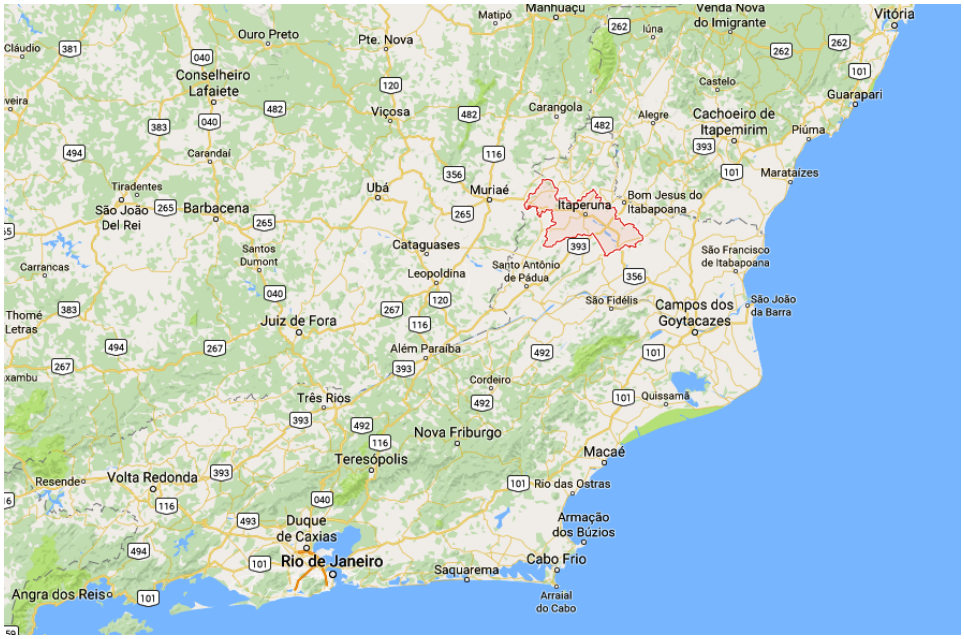
Todavia, é importante destacar o processo de formação da área de atuação do nosso estudo. Para isso a percepção do histórico do município é essencial:

> A colonização das terras que compõem o atual município de Itaperuna data do princípio do século XIX. O desbravamento dessas terras foi devido a José Lannes (ou Lana) Dantas Brandão, sargento da Milícia de D. João VI, natural de Minas Gerais, que, ao desertar, embrenhou-se pela mata e percorreu essa região. Mais tarde, em 1833, voltou e se fixou no lugar denominado Porto Alegre, fazendo, em 1834, doação por título da cachoeira do Cubatão ao tenente-coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar. Depois José Lannes desfez-se da propriedade de Porto Alegre e estabeleceu-se no vale do Carangola, na fazenda de São José, à margem desse rio, acima de Natividade. Ainda em 1834, trouxe seus irmãos Antônio e Francisco aos quais cedeu as terras da margem do rio Carangola, compreendidas pela bacia do ribeirão de São Sebastião ou Bonsucesso (fazenda, engenho) Boa Esperança e a bacia do ribeirão Conceição. Para a fazenda da Conceição transferiu-se mais tarde o capitão João F. Dantas Brandão, pai dos posseiros. Dessa forma o vale do Carangola habitava-se, enquanto o vale do Muriaé permanecia desabitado. Mas, ainda, nesse ano, José Ferreira Cesar, parente de José de Lannes, a pretexto de bater ouro e colher ipecacuanha (erva da emetina), aí existente em estado nativo, em companhia de sua mulher, D. Maria Angélica da Luz, e de índios puris domesticados, construiu um rancho no local do arraial hoje de Laje, e aí se instalou, comunicando-se com os "Quartéis", hoje São Paulo do Muriaé. Em consequência dos melhoramentos realizados nas vias de comunicação e graças ao trabalho de seus habitantes, em 1885, o Governo cria um Município na região, elevando a freguesia de Nossa Senhora da Natividade à categoria de Vila, sob a denominação de Itaperuna, que, em língua

> indígena, quer dizer pedra preta ou tapir preto. Deve-se a escolha desse nome ao fato de os índios puris o aplicarem à região circunvizinha da chamada "Pedra do Elefante", situada em Porciúncula. (IBGE, 2016)

O município de Itaperuna se encontra no Noroeste Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e possui de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 95.841 residentes, sendo que destes 88.368 estão estabelecidos na área urbana e 7.473 na zona rural. Seus limites se dão com os municípios de Natividade, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Cambuci, Miracema, Laje do Muriaé, São José do Ubá, Eugenópolis (MG), Patrocínio do Muriaé e Antônio Prado de Minas (MG) e está distante 313 km da capital Rio de Janeiro. A área territorial total do município em 2015 era de 1.105.341 Km² e sua densidade demográfica em 2010 era de 86,71 habitantes/km².

Figura 5: Município de Itaperuna.



Fonte: Google Mapas, 2016

Desta forma, Itaperuna pode ser considerado um município de médio porte com destaque regional. Abordaremos mais características no decorrer deste capítulo que ratificam esta informação, onde apontaremos aspectos ligados a economia e ao desenvolvimento humano em uma abordagem que privilegie uma análise holística para que possamos de maneira mais competente perceber o impacto dos Arranjos Produtivos Locais (APL) neste território e na vida daqueles envolvidos.

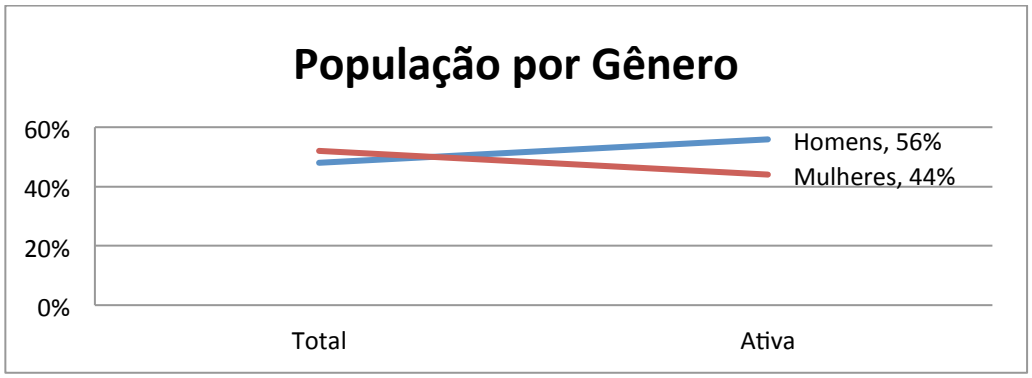
3.2 O município e a economia: uma visão holística

Do total de 95.841 habitantes do município de Itaperuna, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, 47.266 são pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas, simplificando, estão na faixa das pessoas economicamente ativas. Destes, 26.475 (56%) são homens e 20.791 (44%) são mulheres. Esta população economicamente ativa tem um grau de escolaridade um tanto heterogêneo. A maioria desta camada da população, 18.280 cidadãos, é formada por pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. Com o ensino fundamental completo e médio incompleto temos 8.357 pessoas. São 14.535 habitantes com o ensino médio completo e superior incompleto e 5.915 com o ensino superior completo. Ainda tivemos a incidência de 179 pessoas com a escolaridade não determinada.

Percebemos que o universo economicamente ativo do município de Itaperuna é constituído em sua maioria por homens e por pessoas com baixa escolarização. Da mesma forma, se confrontarmos a amostra total com a amostra das pessoas com condição de economicamente ativas, perceberemos que existe uma lógica que se inverte. No total da população do município temos a predominância de mulheres com 49.288, sendo estas 52% do total. Ao avaliarmos a população economicamente ativa que representa um pouco menos da metade, ou seja, 49% do total dos habitantes, esta lógica se inverte. As mulheres que antes tinham 52% do total da população correspondem a apenas 44% do total da população com condição de atividade economicamente ativa. Da mesma forma os homens saltam de 48% do total da população para ocuparem 56% da população economicamente ativa do município.

Estes dados demonstram que quando tratamos de mulheres no mercado de trabalho estas possuem uma inserção muito mais tímida que os homens. Este resultado pode ter como gerador uma série de variáveis, como a manutenção da tradicional e excludente tradição da manutenção da mulher enquanto provedora do lar e educadora dos filhos. Além disso, o perfil dos empregadores do município também pode ter uma parcela de responsabilidade ao empregar mais homens nas suas atividades.

Quadro 2: Distribuição da população de Itaperuna por gênero



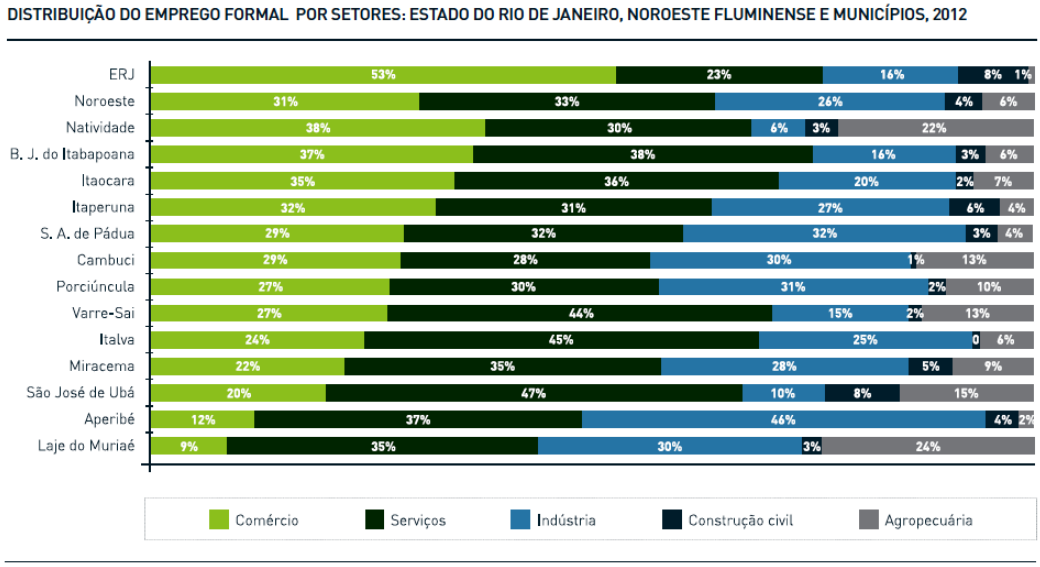
Fonte IBGE.

Ao fazermos uma comparação entre os dados de empresas privadas (IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014) e fundações sem fins lucrativos percebemos que existe uma diferença relevante entre a média de renda dos colaboradores destes empreendimentos. Enquanto que nas empresas privadas com fins lucrativos a média salarial é de 2 salários mínimos, entre as fundações privadas e associações sem fins lucrativos esta média sobe quase 50% e alcança 2,91 salários mínimos.

No entanto, estas organizações que não visam lucro são uma minoria. Se temos 2.982 empresas locais com fins lucrativos, apenas 305 se encontram no perfil daquelas que não buscam o lucro. De maneira um pouco antecipada já é possível acenar para uma realidade onde os integrantes do arranjo produtivo local tenham melhorado sua renda em relação ao seu trabalho em empresas privadas, se seguirem a mesma tendência apresentada pelos dados do IBGE.

A divisão dos empregos do município de Itaperuna está bem equilibrado entre três grandes setores: comércio (32%), serviços (31%) e indústria (27%). A construção civil (6%) e a agropecuária (4%) dividem uma pequena fatia dos empregos na localidade. O perfil dos empregos de Itaperuna acompanha o perfil da sua região, o noroeste fluminense com algumas pequenas alterações: comércio (31%), serviços (33%), indústria (26%), construção civil (4%) e agropecuária (6%).

Figura 6: Distribuição do Emprego Formal por setores da economia.



Fonte: Painel Regional, 2015, p. 6.

Ao analisarmos mais detalhadamente os empregos nos diferentes setores econômicos, percebemos o posicionamento do município de Itaperuna na sua região e dentro do estado do Rio de Janeiro. Para isso é importante interpretarmos alguns dados da tabela abaixo.

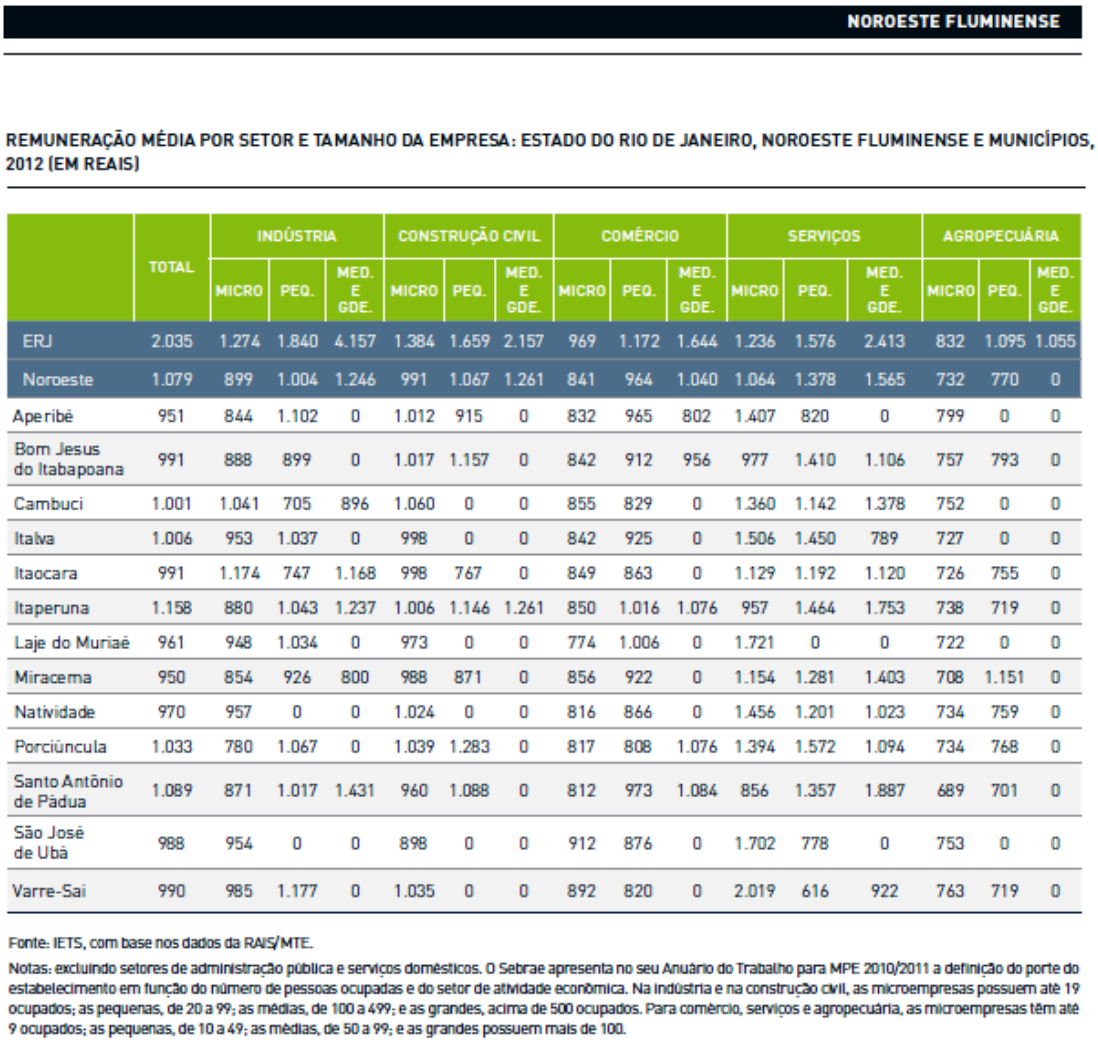
Ao verificarmos a média da remuneração total, verificamos que Itaperuna possui a mais alta média geral de todo o noroeste fluminense com R$ 1.158,00 enquanto que a região apresenta R$ 1.079,00 e o estado do Rio de Janeiro apresenta R$ 2.035,00 de média.

Dentre os setores econômicos o que apresenta a maior remuneração média é o dos médios e grandes empreendimentos relacionados aos serviços com R$ 1.753,00. Neste caso, o valor ainda é maior que a média regional de R$ 1.565,00 e inferior a média estadual de R$ 2.413,00. No entanto dentro da região e no mesmo quesito este valor é superado por Santo Antônio de Pádua com R$ 1.887,00.

Cabe destaque ao setor da construção civil. O município de Itaperuna é o único da região a apresentar empreendimentos de médio e grande porte. Neste caso, a média salarial ficou em R$ 1.261,00, mas ainda bem inferior a estadual de R$ 2.157,00 provavelmente impulsionada pela grande quantidade de obras realizadas na capital Rio de Janeiro frutos dos mega eventos realizados recentemente como a Copa do Mundo Fifa em 2016 e as olimpíadas Rio 2016.

A menor média salaria do município de Itaperuna coube aos micro empreendimentos do comércio com R$ 850,00, ainda um pouco superior a média regional de R$ 841,00, mas menor que a média estadual de R$ 969,00 e inferior aos municípios de Cambuci (R$ 855,00), Laje do Muriaé (R$ 774,00), Miracena (R$ 856,00), São José de Ubá (R$ 912,00) e Varre-Sai (R$ 892,00).

Figura 7: Remuneração média por setor e tamanho de empresa.



NOROESTE FLUMINENSE

REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR E TAMANHO DA EMPRESA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOROESTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2012 (EM REAIS)

	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO CIVIL			COMÉRCIO			SERVIÇOS			AGROPECUÁRIA		
		MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.	MICRO	PEQ.	MED. E GDE.
ERJ	2.035	1.274	1.840	4.157	1.384	1.659	2.157	969	1.172	1.644	1.236	1.576	2.413	832	1.095	1.055
Noroeste	1.079	899	1.004	1.246	991	1.067	1.261	841	964	1.040	1.064	1.378	1.565	732	770	0
Aperibé	951	844	1.102	0	1.012	915	0	832	965	802	1.407	820	0	799	0	0
Bom Jesus do Itabapoana	991	888	899	0	1.017	1.157	0	842	912	956	977	1.410	1.106	757	793	0
Cambuci	1.001	1.041	705	896	1.060	0	0	855	829	0	1.360	1.142	1.378	752	0	0
Italva	1.006	953	1.037	0	998	0	0	842	925	0	1.506	1.450	789	727	0	0
Itaocara	991	1.174	747	1.168	998	767	0	849	863	0	1.129	1.192	1.120	726	755	0
Itaperuna	1.158	880	1.043	1.237	1.006	1.146	1.261	850	1.016	1.076	957	1.464	1.753	738	719	0
Laje do Muriaé	961	948	1.034	0	973	0	0	774	1.006	0	1.721	0	0	722	0	0
Miracema	950	854	926	800	988	871	0	856	922	0	1.154	1.281	1.403	708	1.151	0
Natividade	970	957	0	0	1.024	0	0	816	866	0	1.456	1.201	1.023	734	759	0
Porciúncula	1.033	780	1.067	0	1.039	1.283	0	817	808	1.076	1.394	1.572	1.094	734	768	0
Santo Antônio de Pádua	1.089	871	1.017	1.431	960	1.088	0	812	973	1.084	856	1.357	1.887	689	701	0
São José de Ubá	988	954	0	0	898	0	0	912	876	0	1.702	778	0	753	0	0
Varre-Sai	990	985	1.177	0	1.035	0	0	892	820	0	2.019	616	922	763	719	0

Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE.

Notas: excluindo setores de administração pública e serviços domésticos. O Sebrae apresenta no seu Anuário do Trabalho para MPE 2010/2011 a definição do porte do estabelecimento em função do número de pessoas ocupadas e do setor de atividade econômica. Na indústria e na construção civil, as microempresas possuem até 19 ocupados; as pequenas, de 20 a 99; as médias, de 100 a 499; e as grandes, acima de 500 ocupados. Para comércio, serviços e agropecuária, as microempresas têm até 9 ocupados; as pequenas, de 10 a 49; as médias, de 50 a 99; e as grandes possuem mais de 100.

Fonte: Painel Regional, 2015, p. 21.

Desta forma, Itaperuna se destaca em dois extremos. Por um lado tem o maior salário médio da região, o segundo maior salário se analisarmos os critérios por ramo apontados na tabela e, concomitantemente apresenta o sétimo mais baixo salário, no caso dos micro empreendimentos do setor do comércio. Isto nos autoriza a dizer que ao mesmo tempo em que a cidade sustenta altos salários, muitos dos mais altos da região, também

tem na ponta de inferior remunerações muito baixas. Ou seja, se temos muitas altas e baixas remunerações é possível que existe uma considerável diferença social o que não é perceptível através das médias salariais, onde as especificidades não são consideradas. O simples fato da media de remuneração do município ser uma das mais altas da região não garante que esta renda seja dividida de maneira uniforme.

Outro dado relevante da nossa análise da estrutura econômica do município de Itaperuna e a sua relação regional é a predominância de micro empreendimentos. De acordo com o *Painel Regional* (2015, p. 18) as micro empresas na cidade de Itaperuna constituem 89% do total de empreendimentos em uma região que varia entre 97% e 88%. Já a média estadual é de 80%. Itaperuna possui a segunda maior proporção de pequenas empresas, totalizando 10%. No município, 99% das empresas são micro ou pequenas, característica que é bem aproximada em toda a região do noroeste fluminense.

Para perceber na prática estes dados basta visualizar a tabela abaixo:

Quadro 3: Principais atividades econômicas do estado do Rio de Janeiro e Região Nordeste Fluminense

	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	REGIÃO NORDESTE FLUMINENSE
1	Comércio Varejista de artigos do vestuário	Comércio Varejista de artigos do vestuário
2	Cabelereiros	Cabelereiros
3	Obras de Alvenaria	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas
4	Outras Atividades de tratamento de beleza	Obras de Alvenaria
5	Fornecimento e alimentos preparados para consumo domiciliar	Lanchonetes, casas de Chá, sucos e similares
6	Lanchonetes, casas de Chá, sucos e similares	Transporte escolar
7	Serviço de organização de feiras, congressos e festas	Outras Atividades de tratamento de beleza
8	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	Comércio varejista de mercadorias em gera, minimercados, mercearias
9	Instalação e manutenção elétrica	Serviços ambulantes de alimentação
10	Comércio varejista de bebidas	Comércio varejista de bebidas

Fonte: Painel Regional, 2015, p. 26.

Apesar de sutis, podemos perceber algumas características comuns aos municípios da região Noroeste Fluminense, consequentemente a Itaperuna que os diferem do restante da unidade da federação. Dentre o estado do Rio de Janeiro e a região noroeste fluminense é marcante entre os micro empresários a prestação de serviços e alimentação. No entanto, quando analisamos especificamente o estado do Rio de Janeiro notamos que existem algumas questões que não estão inseridas na realidade, pelo menos majoritária, do noroeste fluminense, como "fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar" ou "serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas". Estas disparidades podem acontecer devido a inclusão no estado do Rio de Janeiro da capital fluminense, além de outras grandes cidades da região metropolitana que tem um grande desenvolvimento industrial, aliado a uma tradição de receber grandes (ou mega) eventos de porte nacional e internacional.

Desta forma, o município de Itaperuna tem como característica econômica uma grande quantidade de micro e pequenos empreendimentos. Deste total, uma pequena parcela não possui fins lucrativos. Com efeito, a media salarial do município é a maior da região noroeste fluminense. Suas atividades econômicas estão equilibradas entre serviço, indústria e comércio. É um município de porte médio e referência regional.

3.3 Desigualdade social em um prisma global e regional: o local de Itaperuna

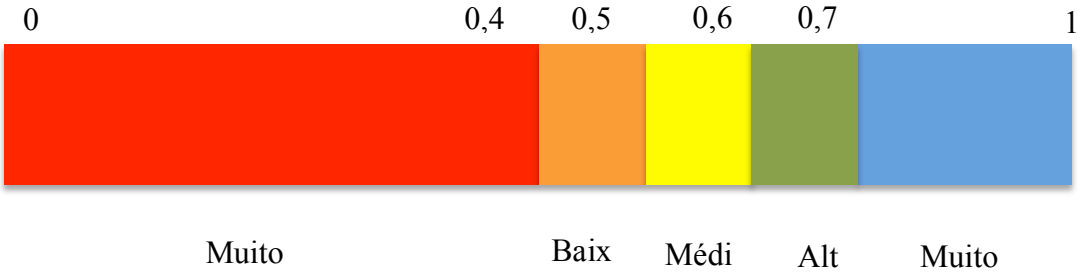
Um dos parâmetros mais importantes para a análise da desigualdade social em um município é o seu IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Este cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos do IBGE (1991, 2000, 2010). O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Assim, a leitura dos dados do IDHM é mais eficaz para a compreensão das realidades municipais, como aponta o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: "o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões

metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira".

Para o cálculo do índice, são utilizados como critérios a expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda *per capita*. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou IDH. O IDHM é classificado entre muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, conforme a imagem abaixo:

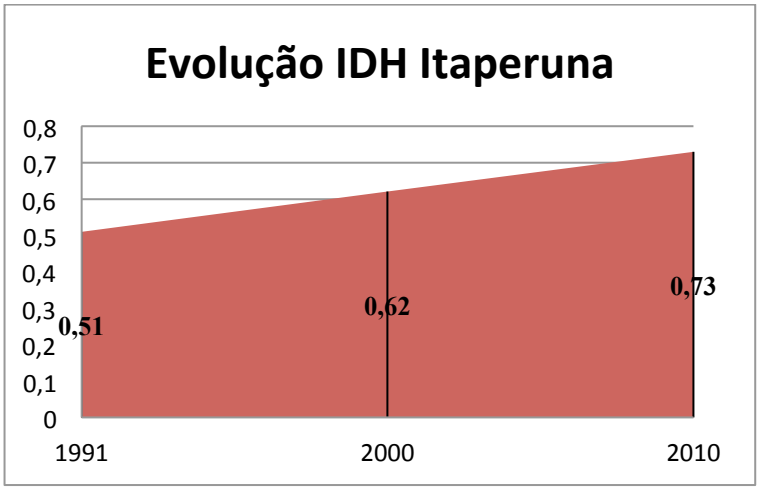
Figura 6: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2016.

Neste contexto, os números do IDHM do município de Itaperuna apresentam um crescimento considerável, passando de 0,511 em 1991, considerado baixo, salta para 0,624 em 2000 dentro de um padrão médio. No entanto, o aumento qualitativo substancial pode ser percebido no ano de 2010 com o índice atingindo 0,730, considerado de alto padrão.

Figura 9: IDH município de Itaperuna



Fonte: IBGE, 2016 .

No ranking do IDHM nacional Itaperuna ocupa a 1021º lugar. Se o critério for somente o IDHM Renda a posição desce até a 1136ª colocação. No quesito do IDHM Longevidade o seu status é mais baixo ainda ficando no número 1315. A melhor colocação esta no IDHM Educação com a posição número 1032. Não é possível afirmar, desta forma que os índices de desenvolvimento humano do município de Itaperuna estejam em destaque no Brasil, cabendo a ele uma posição intermediária.

De acordo com o *Atlas Brasil 2013* e levando em consideração o município de Itaperuna, o estado do Rio de Janeiro e o país, o município do noroeste fluminense que tem o IDHM de 0,730 está acima da média nacional que é de 0,727 mas abaixo do índice estadual que é 0,761.

Quando avaliamos o IDHM Renda os números de Itaperuna (0,716) a colocam abaixo do país (0,727) e do estado (0,761). O contrário acontece no IDHM Longevidade, quando o índice de Itaperuna (0,837) é superior ao nacional (0,816) e ao estadual (0,835), sendo todos índices considerados muito altos. Quando se trata do IDHM Educação novamente Itaperuna está numa posição intermediária com 0,649, superior a média nacional de 0,637 mas inferior a estadual de 0,675. Todos apresentaram índices médios.

Tabela 2: Ranking IDH Região Nordeste Fluminense.

	IDH	População
Itaperuna	0,73	95.841
Bom Jesus do Itabapoana	0,73	35.411
Natividade	0,73	15.082
Itaocara	0,71	22.899
Miracema	0,71	26.843
Santo Antônio de Pádua	0,71	40.589
Aperibé	0,69	10.213
Cambuci	0,69	14.827
Porciúncula	0,69	17.760
Italva	0,68	14.063
Laje do Muriaé	0,66	7.487
São José de Ubá	0,65	7.003
Varre-Sai	0,65	9.475

Fonte: Painel Regional, 2015, p. 8.

Em um contexto regional Itaperuna apresenta um lugar de destaque. Se analisarmos o IDHM de 2000 o município ocupava a 28ª colocação no estado do Rio de Janeiro e o 4º lugar na região noroeste. Em 2010 passou ao 23º lugar no estado e a 3ª colocação na região.

Destaque pode ser dado ao Pib *per capita* de 2011, onde Itaperuna ocupou a primeira colocação na região com R$ 16.282,00. Ao mesmo tempo possuía 26,2 % de sua população considerada pobre, a taxa mais baixa da região e praticamente empatado com o índice estadual de 26%.

Conforme é apontado pelos dados o município de Itaperuna está harmônico com os demais municípios da sua região, a noroeste fluminense. Salvo algumas particularidades já mencionadas ele não se diferencia sobremaneira a nenhuma outra cidade próxima. Ao relacioná-lo com o país ocupa uma posição mediana. Se não está entre os melhores índices nacionais também não pode ser considerado um local com IDHM baixo.

Desta forma, cabe analisarmos seu caso e a relação dos Arranjos Produtivos Locais e a sua eficácia para a diminuição da pobreza, que será abordado no próximo capítulo mediante a análise dos dados obtidos.

Capítulo 4

Metodologia de pesquisa

4.1 Análise do Conteúdo

Esta é uma pesquisa que busca privilegiar a objetividade ao mesmo tempo que reconhece questões subjetivas individuais e inter-subjetivas, inerentes a uma realidade heterogênea de um contexto marcado por complexas relações pessoais, comerciais, afetivas, característicos de aglomerações com estas especificidades. Desta forma, este trabalho, que tem como objeto o APL de confecções do município de Itaperuna/RJ, requer uma metodologia que congrega os espectros singulares nela incluso.

Assim, o uso da pesquisa qualitativa permite, dentre outros, estabelecer fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população estudada. Uma investigação qualitativa auxilia a aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, amplia o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarece os dados quantitativos, pois capta as nuanças da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados. (CÂMARA, 2009)

Objetivos como o de verificar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento são característicos de pesquisas qualitativas, que se prestam ainda para casos em que o objetivo é a "demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos" (MENDES, 2006, p. 11, apud CÂMARA, 2009, p. 181). É imprescindível, portanto, que o impacto social da APL de Itaperuna seja investigada desta forma. A verificação de dados simplesmente quantitativos não seriam capazes de perceber o impacto gerado naquele local. Quando nos referimos a "impacto" não queremos nos restringir somente à questão econômica. Ao tratar qualitativamente das consequências de uma organização econômica, objetivamos perceber, além dos aspectos físicos e palpáveis deste empreendimento, variáveis do âmbito subjetivo, também significativos nesta análise.

Todavia, como apontam Grzybovski e Mozzato (2011), qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação. Como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo consiste em extrair sentido dos dados e informações expostos. É por isso que entrevistas com "atores" de diversos extratos envolvidos com a APL do município de

Itaperuna se tornam relevantes neste caso. A diversidade de opiniões pode nos apontar um emaranhado de informações que, cada qual com sua característica, trazem peculiaridades de um sistema social e econômico complexo.

Com efeito, para este estudo buscamos traçar nossas interpretações baseados na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), professor da Universidade de Paris V, que destaca o seguinte:

> A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47)

Câmara (2009) destaca que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Assim, podemos definir que a análise de conteúdo em Bardin é uma leitura "profunda", determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico, e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo. (SANTOS, 2011)

Para Caregnato e Mutti (2006), a técnica de análise do conteúdo, se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. Destarte, seguimos esta orientação, já que na fase de organização desta pesquisa utilizamos vários procedimentos indicados, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados obtidos foram codificados e analisados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, em função de características comuns. Portanto, a

codificação e a categorização fazem parte da análise do conteúdo e buscamos, no decorrer desta investigação, apresentar e valorizar estas categorias dentro do contexto avaliado.

É justamente nessa relação entre os diversos envolvidos, com distintas funções e olhares que a análise do conteúdo ocupa um lugar de relevância e ferramenta fundamental para a compreensão do impacto da APL proposta. Baseados em entrevistas realizadas por "personagens" que direta ou indiretamente interagem com o aglomerado de confecções de Itaperuna buscaremos traçar através de depoimentos, aspectos que nos ajudem a compreender a relação da população, dos trabalhadores e dos empresários com aquele local. Apresentaremos, portanto, considerações embasadas em dados objetivos e em entrevistas no qual o caráter subjetivo também deve ser considerado em uma análise ampla e holística.

Desta forma, antes mesmo de partirmos para uma interpretação dos depoimentos, foi de fundamental importância compreender as características do APL de Itaperuna, assim como o comércio realizado na cidade para que pudéssemos analisar as suas especificidades de melhor maneira. Para vincularmos as informações e podermos investigar mais profundamente, dados foram necessários e os apresentamos a seguir. Desta forma, decifrarmos as características do nosso objeto de estudo utilizando como lente para esta análise a teoria da "análise do conteúdo" aplicada em uma pesquisa qualitativa, mais especificamente um estudo de caso, é o que buscamos desenvolver.

4.2 Estudo de caso

Baseados nas questões teóricas apontadas e buscando uma análise qualitativa cientificamente confiável, estabelecemos que elaborar um estudo de caso preencheria todos estes requisitos de forma satisfatória. Conforme destaca Gil, "O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento" (2002, p. 54).

Este trabalho, que aborda o APL de Itaperuna, aponta características comuns a outras organizações correspondentes. No entanto, no estudo de caso, também se percebe aspectos únicos, peculiares. Ao mesmo tempo, esta pesquisa pode verificar o comum e o excêntrico, apontando importantes considerações sobre o impacto desta organização na comunidade local e regional.

Nas ciências, durante muito tempo, o estudo de caso foi encarado como procedimento pouco rigoroso, que serviria apenas para estudos de natureza exploratória. Hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (GIL, 2002). Ainda, apontamos este método, como o responsável pela percepção de aspectos únicos, impossíveis de serem verificados em uma análise meramente quantitativa.

Para Yin (2005, p. 32), "o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real" adequado quando "as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados" (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195).

Martins (2008, p. 11) ressalta que "mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa". A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa (HARTLEY, 1994). Nesse sentido, Voss, Tsikriktsis e Frohlich (2002) destacam que os estudos de casos podem ser usados para diferentes fins nas pesquisas da área de Administração. Julgamos, portanto, que a maneira mais adequada de análise dos nossos dados, onde os objetivos consistem em perceber os impactos de uma organização no contexto amplo de uma cidade é o estudo de caso.

Apesar das limitações, este é o método mais adequado para conhecer em profundidade todas as nuances de um determinado fenômeno organizacional. Nesse sentido, mesmo conduzindo-se um caso único, podem-se tentar algumas generalizações, quando o contexto envolve casos decisivos, raros, típicos, reveladores e longitudinais. (YIN, 2005)

De toda forma, a nossa pesquisa visa o estudo de caso do tipo intrínseco, já que esta situação constitui o próprio objeto de pesquisa. Neste tipo de investigação, conforme aponta Gil (2002) o pesquisador almeja conhecer em profundidade sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de alguma teoria. Definitivamente, buscamos a análise do caso para traçarmos algumas considerações e não desenvolvermos teses acerca do tema.

4.3 Coleta e análise de dados

O processo de coleta de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisa. Isso porque na maioria das investigaçoes utiliza-se uma técnica básica para a obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser adotadas de forma complementar. Já no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. As considerações obtidas no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador. (GIL, 2002)

Desta forma, adotamos duas formas distintas de coleta de dados. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica que buscou, através de dados, estatísticas e estudos recolher o maior número de informações sobre o APL do município de Itaperuna para que pudéssemos, em um momento distinto, confrontá-los com um segundo tipo de fonte, proveniente de entrevistas. Conforme destaca Luna (1999), Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos. De fato, se tornou basilar a consulta às diversas publicações e estudos produzidos sobre o tema. A relação entre o conhecimento produzido e novas observações baseadas nas entrevistas se tornaram essenciais para uma nova averiguação sobre o tema.

Como complemento e, também, por se tratar de uma fonte de pesquisa um tanto específica que traz informações e sensibilidades diferenciadas da bibliografia, optamos por realizar entrevistas parcialmente estruturadas com pessoas que estavam ou estão direta e indiretamente envolvidas com o APL de Itaperuna. A técnica consistiu em apresentarmos perguntas previamente formuladas. Contudo, buscamos não restringir as demandas dos entrevistados. A partir do momento que esses consideraram relevante mencionar outras questões que não foram questionadas, incentivamos que sobre estas discorressem. No

entanto, não deixamos de indagar sobre o que havíamos previamente nos proposto. Com efeito, todo o conteúdo dos depoimentos é considerado relevante para a análise dos dados.

Entrevistas semi-estruturadas (ou parcialmente estruturadas como chamamos):

> [...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha "fugido" ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. A principal vantagem da entrevista aberta e também da semi-estruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. Ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos [...]. As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75)

Desta forma, entendemos que a entrevista parcialmente estruturada tem justamente esta função, de permitir que o entrevistado consiga também apontar questões que aos olhos do pesquisador não seriam percebidas se não fosse por estes destacadas. Destarte, concordamos com Minayo (2004), quando aponta que a entrevista é um procedimento de coleta de informações sobre determinado tema científico, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa. Ressaltamos, no entanto, que o pesquisador tem que estar atento, também, às demandas do entrevistado.

Estes "personagens" entrevistados são os responsáveis por apontar peculiaridades, impressões e representações acerca do nosso objeto de pesquisa, além de fornecer informações importantes para a análise proposta. Neste sentido, a entrevista é a técnica que apresenta maior flexibilidade, visto a complexidade e diversidade do objeto de estudo:

> Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como *informal,* quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode *ser focalizada* quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode *ser parcialmente estruturada,* quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, *totalmente estruturada* quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. Nesse caso, a entrevista confunde-se com o formulário. Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias. (GIL, 2002, p. 117)

Para a aplicação das entrevistas fizemos uma amostra aleatória simples, aplicando os questionamentos em diferentes estratos no município de Itaperuna, totalizando seis indivíduos inquiridos que trouxeram informações e representações a partir de distintos lugares e olhares que inegavelmente apresentavam ligação ao APL de Itaperuna. Eisenhardt (1989) aponta que em pesquisas conduzidas por meio de estratégias de estudo de casos não existe um padrão ou formato específico, e apesar de ser o "coração" da construção da teoria, é a etapa mais difícil e, simultaneamente, a menos codificada do processo.

Desta forma, estamos conscientes que as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Buscamos, a partir destas questões metodológicas expostas, tratar de forma satisfatória e responder aos problemas propostos nesta pesquisa.

Capítulo 5

O APL e os resultados da pesquisa

Neste capítulo é apresentada a descrição e a análise do caso selecionado, visando perceber o impacto do arranjo no cotidiano do município de Itaperuna, assim como os outros objetivos propostos. Buscamos cruzar os dados obtidos através de pesquisa documental com as entrevistas, traçando considerações pertinentes ao objetivo da investigação. Apresentamos, primeiramente, as características do APL de Itaperuna para, posteriormente, analisar as entrevistas em um amplo contexto. O capítulo é constituído das partes a seguir:

5.1 O APL de Itaperuna

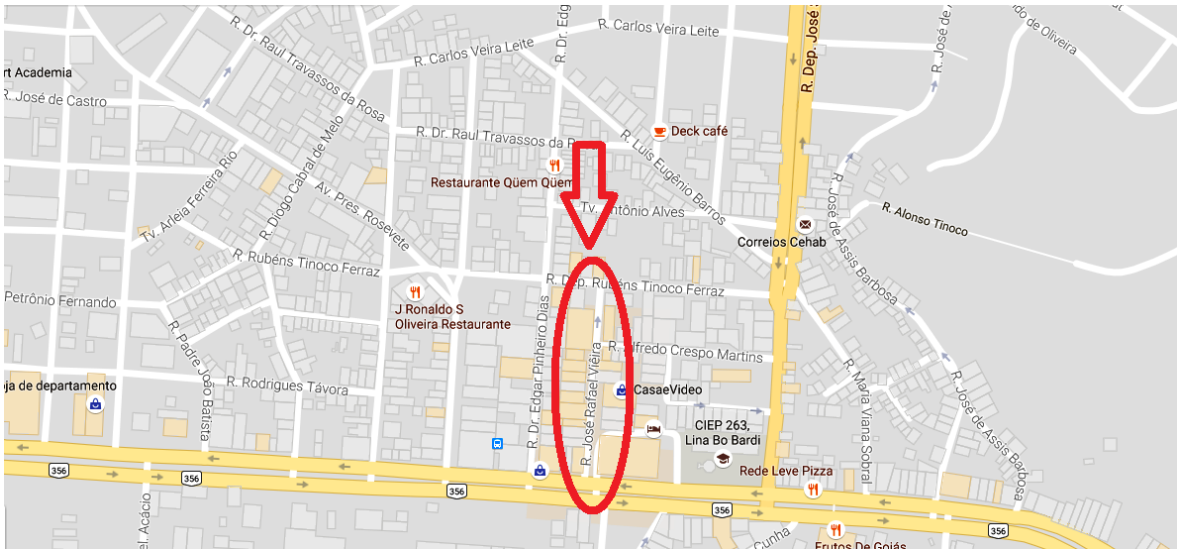
O comércio de confecções no município de Itaperuna remonta a década de 1960. Ainda de maneira informal surgiram as primeiras confecções do setor de moda cama, mesa e banho. Na década de 70, começaram a surgir as confecções cujo principal mercado era o Rio de Janeiro. Na década de 80, com a introdução dos processos de industrialização e uma queda nas margens para as confecções de cama mesa e banho, a linha de produção passa por um processo de inovação e os empresários identificam novas possibilidades de produtos com maior rentabilidade, introduzindo a moda noite, com roupas de dormir e lingeries. A produção e a diversificação foram, cada vez mais, sendo ampliadas:

> Ao longo dos anos, mais confecções migraram para a produção de moda noite e novas confecções surgiram na região, que ficou conhecida como ***polo de confecções***, tendo como principais produtos roupas de dormir, mas mantendo ainda um número considerável de fabricantes de cama, mesa e banho e agregando confecções de lingeries, moda fitness, moda paria, vestuário e acessórios. (FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VARZOLINI, 2014)

Esta grande amplitude de opções e reconhecida qualidade e preços atraíram distribuidores e compradores e chegam de todo o Brasil para adquiri as mercadorias produzidas no município de Itaperuna. Existem desde pequenas confecções até grandes fábricas de abrangência nacional. O relatório da Fundação Carlos Alberto Varzolini apresenta alguns dados interessantes que demonstram a relevância econômica do polo:

> Atualmente, ao considerar os 41 empreendimentos participantes do APL, têm faturamento anual estimado é superior a R$ 30 milhões, com geração de mais de 1.500 empregos. Ao tomar o número potencial de confecções de todos os municípios da região, além de outras confecções do município de Itaperuna, esses números podem ser elevados substancialmente caso o arranjo seja bem sucedido nos próximos anos. Destes 41 empreendimentos, aproximadamente 30 (trinta) têm participação ativa nas reuniões, porém ainda não tem papel formal nas ações de cooperação. As ações do arranjo estão majoritariamente centralizadas em dois empresários que formam a presidência e vice-presidência da governança local do APL. Estima-se que o número total de confecções da região em que o APL está inserido seja superior a 300 empresas, com geração de mais de 3.000 empregos.

No entanto, como um estudo de caso, analisaremos apenas um fragmento da abrangência desta APL. Ou seja, este estudo se concentra em um aglomerado de lojas, especialmente de confecções, situada na rua José Rafael Vieira, na região do Bairro Cidade Nova, também conhecida como o "Polo de Confecções" ou "rua das confecções". Este local recebe grande quantidade de clientes do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo que promovem excursões quinzenais e mensais para o município, onde encontram produtos de qualidade e, muitas vezes, com preços abaixo do mercado. De acordo com o jornal *O Dia* (14/07/14), a rua concentra cerca de 50 lojas de fábrica "que oferecem descontos atraentes para quem busca produtos para revenda ou mesmo para consumo próprio. A especialidade do local são roupas de dormir e peças para cama, mesa e banho".



Rua José Rafael Vieira, a "Rua das Confecções". Fonte: Google Maps

Desta forma, nossa análise não deixará de considerar todo o Arranjo Produtivo Local "Confecções e Moda Noroeste Fluminense", visto que a abrangência das suas atividades extravasa em muito a atividade comercial e industrial de um logradouro. No entanto, por uma questão metodológica optamos por restringir nossas entrevistas tendo como foco a Rua José Rafael Vieira que é uma das principais aglomerações de lojas de confecções da cidade e direta e indiretamente os empreendimentos daquele local, assim como as pessoas que ali frequentam estão de forma efusiva inseridos neste contexto do APL.

5.2 Uma nova realidade em Itaperuna: olhares sobre o polo

Independentemente de dados estatísticos sobre a relação entre o desenvolvimento econômico da cidade de Itaperuna e o polo de confecções existente na cidade, um dado interessante a ser analisado é a percepção de parte da população que está envolvida direta e indiretamente com o local. No caso, buscamos analisar de que forma cidadãos que estão implicados no cotidiano deste conjunto de empreendimentos entendem como se deu a formação e o desenvolvimento deste emaranhado de negócios.

Entrevistamos tanto lojistas quanto empregados no setor do comércio de confecções, além de outros indivíduos envolvidos indiretamente com o negócio. Na sua maioria, o grupo de pessoas que trabalha nas atividades da rua José Rafael é composto por pessoas oriundas das classes mais baixas do entorno do município de Itaperuna. Para Associação Brasileiras de Empresas de Pesquisas (ABEP) esses trabalhadores podem ser classificados, de acordo com o critérios de classificação econômica de classes como pertencentes às Classes D (ABEP, 2016).

De um modo geral, os entrevistados não possuem uma visão globalizante acerca do assunto e apresentam versões que se restringem a opiniões baseadas em experiências pessoais. As tentativas de interpretação do sucesso e do insucesso das empresas e da economia em geral caem, muitas vezes, em análises rasas que não levam em consideração um contexto que extrapole a própria atividade ou que perceba o seu ramo inserido em um conjunto complexo de relações.

Neste contexto, é relevante o depoimento do sr. "J[2]", proprietário de uma fábrica e comércio de confecções no polo de Itaperuna. O empresário se considera um dos mais antigos do local. De acordo com a sua declaração, na década de 1980 o movimento de compradores em seu estabelecimento era tão grande que "tinha que fechar a porta, pois não tinha como entrar mais gente". Apesar de não apresentar informações consistentes, "J" se coloca um tanto saudosista nas suas convicções, destacando que "antigamente" as fábricas e as lojas geravam mais empregos. Da mesma forma, o comerciante apresenta um diagnóstico para a atual crise econômica do setor. Esta, segundo o comerciante, passa por dois motivos principais, o governo anterior do Partido dos Trabalhadores e a concorrência desleal com os produtos chineses e coreanos. Ainda que desprovido totalmente de informações, "J" confirma o pensamento da autora Elizabeth Bailey (1999), quando ela categoricamente afirma que "o setor público é às vezes tratado como um fator externo na formulação da estratégia; entretanto, as políticas públicas muitas vezes servem como impulsionadores não mercadológicos do sucesso da empresa".

Segundo o sr. "J", "antigamente" o seu empreendimento trabalhava com 90% dos produtos nacionais, sendo que atualmente 98% são importados, principalmente da China e da Coreia. Mais uma vez uma crítica a política econômica nacional e aqueles trabalhadores que apoiam ou apoiavam o antigo governo, que se encerrou com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016. O confeccionista ainda sublinhou que na década de 1980 não existia pobreza na cidade: "não tinha não! Todo mundo que queria trabalhar, trabalhava! Teve época que você tinha que colocar anúncio no rádio para conseguir uma funcionária para trabalhar na máquina. Hoje, se você quiser, você coloca umas trinta funcionárias ai". De acordo com "J", um dos motivos para o atual quadro de desemprego no município foram os direitos conquistados pelos trabalhadores, o que onerou a produção: "ele deu direito demais, mas não deu condições da pessoa pagar".

É interessante a comparação feita pelo empresário sobre dois momentos distintos da existência da sua empresa. "J" aponta que já teve 22 máquinas industriais com 22 funcionários produzindo concomitantemente em Itaperuna. Hoje a realidade é bem diferente: possui apenas três funcionários trabalhando nas máquinas e três na loja, totalizando seis. Na sua avaliação, se a situação econômica continuar desfavorável mais

[2] Como uma maneira de preservar a identidade dos entrevistados, optamos por utilizar apenas a letra inicial do primeiro nome.

colaboradores serão dispensados. Também existe a possibilidade da loja ser fechada nos meses de janeiro e fevereiro, de acordo com o empresário.

De certa forma, o discurso do proprietário "J" se repete no depoimento da gerente de outra loja, a qual chamaremos de "C", 43 anos de idade, 25 anos de experiência no comércio, sendo 8 de trabalho no polo de Itaperuna. A comerciária acredita que aquele centro comercial exista a cerca de vinte anos. O maior motivo para o seu desenvolvimento seria o espaço disponível para estacionar os ônibus de excursões que vem de toda região em busca de bons preços no local, diferente do centro da cidade. Como o espaço passou a se tornar conhecido mais lojas começaram a se instalar e o comércio cresceu. A gerente aponta que houve uma migração dentro do município. Lojas passaram a se instalar naquela região visto o movimento de clientes naquele local.

Mais uma vez, o caráter saudosista existe: "naquela época dava lucro". Mesmo sem dados consistentes ou datas precisas, "C" compara tempos passados com os atuais, certificando o sucesso nos negócios pretéritos: "quando eu vim pra cá, por exemplo, o movimento era muito grande. Toda sexta e sábado vinha excursão aqui, tanto que eu abria a loja uma hora da manhã, duas horas da manhã. Hoje eu não faço mais isso por que não tem um movimento mais pra isso. Não tem venda pra isso mais. (...) Não só eu como todo mundo".

Não somente aqueles envolvidos diretamente com a indústria e o comércio de confecções são atingidos pelas atividades que lá são realizadas. A gerente de hotel "R" conhece bem a realidade do local. Ela destaca que o polo não existe ha muitos anos. As confecções funcionavam nas residências. A senhora não sabe explicar exatamente a organização do polo naquele local, mas faz menção a uma grave crise onde muitas destas fábricas residenciais encerraram suas atividades devido a situação econômica. Em consequência de razões que ela não soube exatamente definir, o polo foi organizado: "passado um tempo, 'eles' resolveram – não sei se foi prefeitura, junto com SEBRAE,– enfim, eu não sei quem foi, por que eu não entendo muito disso. 'Eles' resolveram fazer este polo de confecções. Então resgatou algumas confecções que estavam falidas e outras que estavam abrindo e me parece que deu muito certo". A empregada do ramo de hotelaria ainda confirmou: "eu não sei dizer ao certo há quantos anos esse polo de confecções funciona".

É difícil certificar as informações, mas, de fato, a nostalgia permeia veementemente as declarações, mesmo daqueles que não estão ou estavam vinculados às confecções do

município de Itaperuna. Este imaginário da riqueza do passado é algo muito presente. “R” deixa muito claro: “antes era uma coisa que ‘bombava’. Todo confeccionista de Itaperuna era rico. (...) Realmente, boas casas, bons carros. Eu convivi com muitos deles, entendeu? E faliram e reativaram. Então, como e porque deu certo, sinceramente eu não sei”. No entanto o sucesso dos empreendimentos, de acordo com “R” pode estar relacionado ao fato existir esta concentração de comerciantes do mesmo ramo em um mesmo local: “eu acho que tenha sido, exatamente, por que eles focaram tudo lugar só”.

Percebe-se então que a literatura de APL (Cassiolato & Lastres, 2002) contribui para a compreensão dessa fala de “R”. Para esses autores é:

> Importante também é reconhecer que a base de competitividade das empresas em qualquer arranjo produtivo não se restringe a um setor único, estando fortemente associada a atividades e capacitações para frente e para trás ao longo da cadeia de produção. Incluem design, controle de qualidade e atividades relativas a marketing e à comercialização, além de uma série de atividades ligadas à geração, aquisição e difusão de conhecimentos.

De fato, pudemos perceber que existem percepções diferenciadas acerca da história do polo de confecções de Itaperuna. Interpretações diferenciadas que fazem parte da compreensão distinta entre estratos diferenciados dos envolvidos direta e indiretamente com a indústria e o comércio de confecções. Passando por razões práticas e prováveis auxílios externos, o polo se desenvolveu. Não podemos deixar de frisar que uma pauta comum era a ostentação a um passado glorioso, com muito rendimento e lucros. No entanto, as percepções acerca da realidade e do passado nem sempre são condizentes entre as diferenciadas camadas sociais envolvidas neste complexo, como poderemos perceber a seguir.

5.3 A população e o polo

Ao contrário da gerente do hotel que consegue identificar claramente uma relação entre desenvolvimento econômico e o APL, para os membros mais pobres da população, principalmente aqueles que habitam os bairros mais afastados do centro comercial, não há uma conexão clara entre o polo das confecções e a economia local. Estes nos remetem aos conceitos multidimensionais de pobreza que afirmam que não é somente no aspecto renda que a pobreza pode ser medida, mas na incapacidade para aumentar o rendimento do sujeito (Crespo e Gurovitz, 2002). No discurso de “D”, por exemplo, um homem de 29

anos, salgador (aplica o sal na carne in natura para a confecção de carne seca) há 13 anos, casado, pai de três filhos e renda de um salário mínimo, quando perguntamos se gostaria de trabalhar no APL a sua resposta é, no mínimo, inusitada: "nunca passou pela minha cabeça não". Para o trabalhador que estudou somente até a 6ª série do ensino fundamental, a melhora da qualidade de vida é uma realidade muito distante. Segundo ele:: "tem que ver direitinho... (...) eu não poderia sair do certo para o duvidoso". Aparentemente, o centro comercial e suas atividades não passam pelo cotidiano do salgador, que demonstra saber vagamente da sua existência: "eu não vou muito para aqueles lados de lá, mas parece que vende bem", é a compreensão do entrevistado acerca das atividades que acontecem próximas a "rua das confecções".

Já para os trabalhadores do centro comercial, há uma grande relevância do centro comercial existente na rua José Rafael Vieira. Percebe-se no depoimento de uma vendedora do local chamada "G", 21 anos, que já atua há três anos no local atesta esta afirmativa. Antes mesmo de trabalhar no local já sabia da existência daquele centro comercial. Ela afirma que existem muitos clientes que procuram aquela região em busca dos produtos que tem fama de serem acessíveis, "G" diz: "dá bastante emprego, tem a fábrica. Eu acho que tem muita importância".

Na opinião da vendedora, o principal empregador do município é o hospital[3], seguido pelas empresas de confecções e o comércio em geral: "Itaperuna é só comércio, né!", enfatiza a jovem, mesmo que tenha afirmado anteriormente a relevância do hospital para o município.

Para a funcionária, existe pobreza em Itaperuna, apesar de não perceber muitos moradores de rua. Ela percebe a existência de "favelas" na cidade, mas não consegue relacionar o polo com a população carente da cidade: "não tenho acesso a esta informação". É marcante nos entrevistados a dificuldade de relacionar as atividades executadas naquela parte da cidade em um ambiente mais amplo, mesmo aqueles que estão envolvidos diretamente com estas ocupações. Nas declarações proferidas pelos envolvidos uma associação entre desenvolvimento, pobreza e demais atividades econômicas é de difícil abstração.

Esta mesma postura pode ser ratificada no depoimento da vendedora "A", 37 anos de idade, sendo sete trabalhando na Rua José Rafael Vieira. Natural do município de Volta

[3] Na cidade de Itaperuna existem dois hospitais: Hospital São José do Avai (http://www.hsja.com.br/) e o Hospital das Clínicas de Itaperuna (http://www.hcitaperuna.com.br/).

Redonda, ela conta que migrou da sua cidade natal para Carangola (MG) e posteriormente para Itaperuna. Segundo ela: “resolvi vir pra cá em busca de novas oportunidades no polo”. Ela destacou que o fato de passar a trabalhar naquele centro fez muita diferença na sua vida, já que quando era empregada em outras atividades a sua renda era inferior.

Contrastando com os depoimentos dos empregados, Cassiolato & Lastres (2002) apontam a ideia de que os APLs contribuem para a competitividade das empresas e fortalecem a economia local. Segundo os pesquisadores, o êxito dessas estruturas decorre não tanto do acesso vantajoso a fatores de produção e baixo custo, como mão-de-obra, insumos e capital barato, mas sobretudo, de uma organização social e econômica eficaz. Os habitantes locais devem apresentar características socioculturais, valores e instituições em simbiose com o processo de desenvolvimento próprio das atividades relacionadas a aglomeração produtiva. No entanto, esta não foi a percepção verificada por parte dos empregados.

Ainda em seu depoimento, “A” sublinha alguns pontos que ela considera falhos na organização do aglomerado. Ela destaca que há muito a ser feito pelo município, no sentido de melhorar o quantidade de policiamento local, por exemplo. Para ela o largo horário de funcionamento e a atração de inúmeros clientes de diferentes localidades que chegam de ônibus fretados para fazer compras naquele local. Em seu depoimento afirma:

> A gente aqui tem um movimento grande. A gente aqui recebe muitos ônibus “de fora”. Eu acho que o município dá pouca condição pra gente aqui. Igual a hoje de madrugada, a gente veio a uma e meia da manha e não tem policiamento. A gente fica assim, os clientes também ficam na rua assim. O horário é das sete às seis, mas no sábado, às vezes, a gente vem por que tem excursões.

É marcante a percepção dos entrevistados que constatam uma relação direta do polo de confecções com a redução da pobreza na cidade, ao passo que é notada uma relevância econômica do mesmo para o município. A gerente de loja “C” destaca: “há uma fatia muito boa na economia de Itaperuna. Hoje eu digo nem tanto, mas quando eu vim pra cá o movimento era muito grande. Todas sextas e sábados vinham excursões pra cá, tanto que eu abria a loja à uma hora da manhã, duas horas da manhã”. No entanto, ao ser perguntada sobre as consequências para o município caso esse centro se extinguisse, ela demonstra menor destaque aquilo: “acho que ia afetar um pouco sim, por que causaria desemprego(...). Imagina a quantidade de pessoas que trabalham aqui desempregadas”. A

comerciária “C” tem noção que o comércio de confecções afeta uma série de outros ramos da economia de forma indireta como hotelaria, alimentação, transportes.

O empresário “J”, pensa que o polo tem um papel relevante no combate a pobreza do município na medida em que seja capaz de gerar mais emprego para a população local. Neste contexto, a gerente de hotel “R” diz ter certeza que o polo tem um papel importante na economia da cidade. Segundo ela, existe uma percepção muito grande da população flutuante que está na cidade que também é atraída por este forte comércio. “R” acredita que após a instalação do polo é notável um crescimento econômico em Itaperuna. O fato dos comerciantes de confecções terem se instalado em um mesmo local os fortaleceu, declarou a senhora.

Em contrapartida, a gerente garante que ainda existe muita pobreza no município. Ela admite que talvez o polo possa ajudar na atenuação da pobreza, mas não sabe informar como isso aconteceria: “sinceramente eu não sei dizer, mas eu acredito até que sim. Agora eu não sei como seria a forma”. De fato, a visão apresentada por “R” não percebe as possibilidades de distribuição de renda através de mudanças estruturais. Foi possível perceber que a minimização da pobreza para ela estava baseada em atitudes assistencialistas, como vemos:

> (...) eu tenho esse entendimento que eles (os comerciantes) fazem um trabalho até nas madrugadas, por as pessoas vem, aqueles de excursões e tal. Eles chegam aqui, duas ou três horas da manhã onde há o funcionamento. Então eu acredito que um incentivo, digamos assim... um café, eu não sei alguma coisa pra ser servida ali e que essa população menos favorecida participasse disso. Não sei se seria o caso...

Ao mesmo tempo a senhora opina que há uma falta muito grande de mão de obra especializada, nos remetendo mais uma vez ao discurso de Bailey, 1999 quando afirma que as “empresas também podem influenciar a inciativa de uma nova política”. Poderia essa ser uma iniciativa visando a educação, de qualificação de pessoas.

Como podemos perceber nas declarações apresentadas, há um reconhecimento que o polo de confecções de Itaperuna é importante para a competitividade das empresas, para a economia local e principalmente para a redução da pobreza.

Conseguimos estabelecer pontos de conexão entre a competividade das empresas situadas no APL e o aumento da empregabilidade da população daquele município.

É destacável o diferencial existente entre as opiniões proferidas dos setores mais altos do comércio, como os lojistas e seus gerentes, contrastando com os trabalhadores

menos especializados. Para os proprietários e administradores, o aglomerado, o setor de confecções da cidade, tem uma importância fundamental para a economia do município. Apesar de uma interpretação um tanto saudosista, onde o passado é vislumbrado como uma época áurea e de progresso, a indústria e o comércio ainda é percebido por este estrato como essencial para uma boa condição econômica da região.

Em contrapartida, em sua maioria, os trabalhadores menos especializados, em especial os vendedores, não possuem esta percepção. Para esses, o comércio de artigos de vestuário tem uma relevância relativa. Esta percepção, em contradição com o que foi apresentado na opinião dos proprietários, pode refletir, justamente, a falta de reconhecimento e de contrapartida ocasionada pelo desenvolvimento econômico destes setores. Os trabalhadores da base, por mais que a atividade na qual estão inseridos esteja em alta, não são beneficiados por ela, ao contrário dos empresários que possuem um faturamento crescente caso isso ocorra. Para estes colaboradores, o fato de a atividade estar em maior ou menor desenvolvimento não traz diferença na sua renda. Como os próprios denunciaram, seus ganhos mensais não variavam muito em outra atividade, ao mesmo tempo que a oportunidade de trabalho não atraia o salgador e nem o estimulava a mudar de profissão.

5.4 Por um novo olhar

Pode parecer, em uma interpretação inicial, que a definição das políticas públicas é algo que aconteça de maneira aleatória na interpretação dos empresários. No entanto, existem muitos padrões claros de mudanças políticas. Bailey (1999) afirma que entendendo esses padrões, os gerentes podem prever melhor as futuras mudanças na política. Nesse sentido, os empresários precisam compreender que ações podem favorece-los e estas precisam ser incentivadas junto ao poder público para contribuir com aquela atividade econômica local.

De acordo com os depoimentos percebemos que, de fato, não existe uma organização, um sindicado ou associação patronal entre os comerciantes de confecções do polo no que se refere a racionalização de medidas comerciais, treinamento de pessoal ou qualquer outro arranjo necessário. O APL ainda é muito incipiente e precisa da inciativa quer seja do poder público ou da criação de um sindicato patronal, de modo a incrementar a atividade econômica dessas empresas.

Isto fica mais claro ainda quando percebemos a ineficácia do plano de ação anexado no Plano de Desenvolvimento da APL de Confecções e Moda Noroeste Fluminense. Uma mínima parte foi executada, como podemos perceber abaixo:

ANEXO II - Relação das Ações

ITEM	DESCRIÇAO DA AÇAO	DATA INICIO	DATA FIM	STATUS	OBSERVAÇAO
01	VIABILIZAR LOCAL PARA CENTRAL DE VENDAS	jul/15	jul/16	Pendente	
02	CRIAR CENTRAL DE VENDAS	jul/15	jul/16	Pendente	
03	BUSCAR ALTERNATIVAS DE LINHAS DE CRÉDITO	out/14	out/14	Em andamento	
04	CRIAÇÃO DE GRUPO DE E-MAILS	ago/14	set/14	Realizado	
05	ELABORAR REGIMENTO INTERNO	ago/14	set/14	Pendente	
06	PREPARAR LISTA DE POTENCIAIS EMPREENDIMENTOS	jul/14	dez/14	Pendente	
07	CRIAR PERIÓDICO	set/14	Quinzenal	Pendente	
08	REALIZAR REGISTRO DE PROPRIEDADE DA MARCA	out/14	jan/15	Pendente	
09	PREPARAR BANCO DE DADOS DE FORNECEDORES DO APL	jul/14	jul/15	Pendente	
10	CRIAR ENTIDADE JURIDICA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO APL	ago/14	dez/14	Pendente	
11	CRIAR LOGOTIPO DO APL	jul/14	set/14	Em andamento	
12	CRIAR SITE DO APL	jan/15	jul/15	Pendente	
13	PREPARAR WORKSHOP PARA APRESENTAÇÃO DE PORTFÓLIO DAS ENTIDADES PARCEIRAS	set/14	out/14	Pendente	
14	APOIO PARA EMPRESAS NA OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ABVTEX	jul/14	set/14	Em andamento	
15	VIABILIZAR E- SEDEX	ago/14	dez/14	Pendente	
16	DIPONIBILIZAR PEIEX PARA EMPRESAS DO APL	jan/15	dez/16	Pendente	
17	ADEQUAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES DE MÃO DE OBRA	ago/14	jul/15	Pendente	
18	DEFINIR DEMANDAS DE CAPACITAÇÃO	nov/14	jul/15	Pendente	
19	CAPACITAÇÃO MÃO DE OBRA	jan/15	dez/16	Pendente	
20	REALIZAR PLANO DE MARKETING	mar/15	out/15	Pendente	
21	MONTAR AGENDA DE EVENTOS	out/14	fev/15	Pendente	
22	PROMOVER EVENTO DO APL	jan/17	dez/17	Pendente	

Fonte: Fundação Carlos Alberto Vangolini (2014, p. 50)

O empresário “J” que desde a década de 1980 trabalha na área, destaca: “aqui é cada um por si e deus por todos”. Ele diz que o Senac e o Sesc fornecem por vezes assessoria, mas que essas seriam mais focadas nos funcionários e não em estratégias empresariais dos comerciantes. O empresário relativiza a necessidade de uma associação devido aos altos encargos que impossibilitariam a contratação de funcionários. O proprietário de uma das confecções destaca que não adianta estabelecer estratégias econômicas se não forem alterados as obrigações trabalhistas. Ele se demonstra descrente com uma associação ou o estabelecimento de estratégias comerciais entre os confeccionistas. Talvez em uma visão um pouco ingênua ele destaca a possibilidade de sucesso do conjunto de empresas: “ou a China coloca o encargo lá ou o Brasil tira o dele”, referindo-se a concorrência com os produtos asiáticos. Segundo “J” no Brasil se trabalha 8 horas diárias enquanto que na China, 12.

É perceptível, pelo menos nos depoimentos colhidos que é muito tímida a organização conjunta dos empresários de confecções de Itaperuna. Com efeito, políticas de ordem coletiva que procurem racionalizar e trazer benefícios aos empresários e aos

empregados parecem não existir. Se há esses incentivos, eles não são percebidos ou são ineficazes.

O que parece acontecer é um potencial desperdiçado, tanto econômico quanto social. Econômico no sentido de organização entre as empresas que associadas poderiam melhor prover os seus negócios minimizando custos e dimensionando resultados. Da mesma forma há um desperdício do potencial social, visto que existe uma camada da população do município que poderia se qualificar e se inserir neste ramo da economia onde, ao mesmo tempo, problema com mão de obra desqualificada e uma melhor distribuição de renda poderiam ser atingidos.

Enquanto o APL estiver focando suas iniciativas em apenas um estrato social a percepção da população de Itaperuna continuará sendo a mesma, já que para a grande maioria dos habitantes, as políticas promovidas por esta não os atingem. Mesmo que o desenvolvimento do topo da pirâmide econômica seja necessário, seria interessante que as políticas promovidas pelo APL visassem também atingir a base da força de trabalho, com real distribuição de renda e melhoria efetiva do consumo e da qualidade de vida da população.

Capítulo 6

Considerações Finais

6.1 Principais Conclusões

O objetivo dessa dissertação foi compreender qual o papel das organizações empresariais, mais especificamente dos aglomerados produtivos no formato de Arranjos Produtivos Locais (APL) e sua contribuição para a redução da pobreza. A partir deste estudo de caso, buscamos compreender relações possíveis de outros APL´s em diferentes locais do Brasil e traçar algumas considerações que julgamos pertinentes.

Diferentemente do tom normativo imposto pela literatura de BoP, assumimos que nenhum modelo de desenvolvimento e organização econômica é plenamente eficaz. Cada qual com suas características e fundamentações, priorizam determinados setores da comunidade onde são empregados, atuando com interpretações distintas sobre sua função. Desta forma, de acordo com a literatura de BoP fica claro que ainda que tenhamos encontrado alguns casos de sucesso, tal abordagem não é capaz de solucionar todas as questões da pobreza, principalmente por minimizarem a participação do Estado. Não podemos afirmar que o BoP contribui apenas para o aumento do lucro das grandes corporações multinacionais, mas sim que esta é uma característica marcante.

Podemos inferir que a aceleração da chamada globalização ou o entrelaçamento das economias e sociedades nacionais conforme atestam Held & Mcgrew (2001) fortaleceu as ações das organizações multinacionais, que em busca de novos mercados consumidores e, empenhadas através de um discurso neoliberal, avançaram sobre os países em desenvolvimento. Esse movimento conseguiu aumentar consideravelmente o PIB mundial e o poder dessas corporações, mas propiciou um acumulo de capital nas mãos de alguns poucos gerando muita desigualdade e pobreza (Piketty, 2014).

No Brasil ainda há um quadro enorme de pessoas abaixo da linha da pobreza. O programa federal bolsa família, através da injeção direta de recursos financeiros, foi uma das principais ferramentas que proporcionou a retirada de mais 20 milhões dessa situação. Estas, no entanto, ainda apresentam fragilidade na sua condição social, uma vez esse programa não é totalmente capaz de ingressar tais sujeitos no mercado de trabalho, tornando-os dependentes dessa contribuição governamental. Também é possível observar

que no Brasil, após o plano real, aconteceu um efeito inesperado após a implementação de políticas públicas que facilitaram o crédito às classes mais baixas: o grande endividamento da população de menor renda, através da expectativa de emprego e renda que não aconteceu (Griner e Paes, 2014).

Contudo, a pobreza e a desigualdade não é um problema crônico somente no Brasil. Em nosso trabalho, apresentamos dados de diversos países na América do Sul, na Ásia e África que padecem do mesmo problema. No entanto, existe uma série de medidas que podem ser tomadas visando a minimização da miséria e da desigualdade social.

Nesse modelo de BoP não são tratados o papel do Estado na contribuição para redução dessa desigualdade, quer seja através das políticas de proteção ou fomento da economia local, quer seja da criação de escolas que propiciem o aumento da empregabilidade da população através de uma maior qualificação formal.

Por outro lado, os aglomerados produtivos, sejam eles distritos industriais, *clusters*, ou arranjos produtivos locais (APL´s) são importantes ferramentas capazes de reduzir a pobreza e a desigualdade. Conseguinte, esses aglomerados produtivos devem ser frutos de políticas públicas ou de organizações empresariais que não podem ser patrocinadas pelas grandes corporações porque vão competir diretamente com seus interesses econômicos, na medida que reduzem o espaço de produção de bens ou serviços.

A redução da pobreza e da desigualdade pode ser efetivada a partir de ações que favoreçam a transformação da população em atores ativos, produtores de bens ou serviços e, uma dessas intervenções pode de ser através dos arranjos produtivos locais. O fortalecimento da organizações familiares, ainda que estas tenham menor rentabilidade e lucratividade quando comparadas às corporações multinacionais, servem diretamente aqueles pequenos proprietários que se utilizam da mesma para alcançar seus objetivos conforme vimos em nossas entrevistas.

Alternativas como a criação de empregos por meio do aumento da força de trabalho, são bem vistas por Karnani (2011). Programas de treinamento focados nas habilidades da população local aumentam a qualificação individual contribuindo para o incremento da produtividade das empresas e da geração de capital.

Foi possível observar que as pequenas e médias organizações empresariais brasileiras têm um papel preponderante em nossa economia, de maneira a representar quase 1/3 do PIB nacional (SEBRAE, 2014) e que a competitividade dessas empresas é

favorecida na medida que estejam concentradas geograficamente exercendo uma atividade econômica afim (Cassiolato, 2011; Porter, 1998), como no caso do APL de Itaperuna.

É possível constatar que a indústria e o comércio de confecções de Itaperuna tem uma relevância destacada no cenário econômico e social do município, contribuindo positivamente para o aumento da competitividade das empresas do APL. Embora possamos compreender que este aglomerado aja ampliando a empregabilidade dos trabalhadores que dedicam-se a atividade de produção ou comércio de têxteis e melhore o nível econômico e social para estes e para todo o município, esta afirmativa não pode ser tomada como uma afirmativa totalmente verdadeira. Apesar da organização caracterizar-se à priori como vetor para a redução da pobreza e uma alternativa não comtemplada no modelo de BoP, o que percebemos através das entrevistas e dos dados analisados é que estes objetivos estão longe de serem atingidos na sua plenitude. Tanto o setor industrial quanto o comercial parecem sentir falta de uma maior efetividade da organização para o pleno desenvolvimento do setor. Quando abordamos os trabalhadores do setor, esta afirmativa se torna ainda mais latente.

Além disso, as pequenas e médias empresas precisam encontrar formas de organização que favoreçam a competitividade se quiserem sobreviver neste cenário globalizado. O estreitamento das relações através de aglomerados produtivos é um dos caminhos possíveis conforme visto em nossa análise.

As revelações da nossa investigação nos mostraram que, apesar de existir, a relação entre os comerciantes, empregados, APL e poder público através do SEBRAE, FIRJAN e prefeitura municipal ainda é tímida e necessita de um refinamento maior que propicie uma convergência de atitudes em busca do desenvolvimento do setor produtivo. Esses vínculos, embora percebidos de maneira inconsistente, demonstraram que o papel do estado como catalizador contribui para o fortalecimento do conjunto de empresas circunscritas naquela região e que este agente não pode ser suprimido pela função das corporações internacionais, caso o desenvolvimento dos empreendimentos locais seja o objetivo.

Acreditamos que em função da organização do APL ser recente, muitas ações ainda são necessárias, principalmente a formação de uma associação patronal. Um exemplo disso é que em seu plano de desenvolvimento, o APL apresenta uma série de medidas que não são visualizadas pela população e até mesmo pelos empresários e comerciários envolvidos diretamente na atividade fabril.

Modelos que buscam o desenvolvimento em que as vocações regionais são valorizadas são muito bem-vindas em um contexto de destacada internacionalização da economia. O APL de Itaperuna/RJ atua neste sentido. No entanto, este arranjo não pode ser apenas uma organização cujo funcionamento esteja apenas no papel. Para que a pobreza seja combatida, os empresário cada vez mais consigam desenvolver seus negócios e os trabalhadores paulatinamente atinjam um nível satisfatório de consumo e qualidade de vida é necessário que as práticas objetivadas sejam totalmente praticadas, o que não é a realidade atual. O trabalho unificado com objetivos reais ainda é algo a se atingir. Pequenas são as atividades que unem os diversos setores envolvidos no APL. Esperamos que este estudo contribua no sentido de demonstrar a necessidade de efetivação de práticas que contribuam para o desenvolvimento do conjunto de envolvidos e não de políticas isoladas. Entendemos que somente com o somatório de esforços dos diversos setores envolvidos no setor de confecções é que, realmente, um desenvolvimento social e econômico possa ser atingido, afetando positivamente os distintos setores econômicos assim como a população que faz parte deste processo.

6.2 Sugestões para pesquisa e ensino

As entrevistas representam um recorte em uma das atividades do APL: a produção e comercialização de têxteis. Nesse sentido, outras pesquisas podem ser realizadas com as demais áreas do APL como a produção de moda íntima ou até mesmo com outro APL que existe na localidade - o de pedras ornamentais, por exemplo, para compreender se as mesmas também são capazes de contribuir para a redução da pobreza.

Comparativamente a outros arranjos brasileiros, como o caso de Nova Friburgo - RJ, não encontramos uma associação patronal de confecções em Itaperuna. É possível que a realização de um estudo somente com os proprietários das empresas, visando compreender as razões da não formação da mesma, possa contribuir para compreender se existem estágios na formação APL.

Em termos de ensino é possível a oferecer aos estudantes, tanto de graduação como pós-graduação, elementos que ajudem a compreender o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e as relações das mesmas com poder público.

Uma alternativa no campo do ensino é demonstrar aos alunos as características dos aglomerados produtivos, apresentando, para tanto, fatores positivos e negativos da sua organização, em uma análise crítica.

6.3 Sugestões para praticantes

Para aqueles que são praticantes, nosso estudo foi capaz de demonstrar que a teoria de BoP tem algumas lacunas e que este modelo não pode ser visto como capaz de ser implementado em todas as circunstâncias. Também é importante considerar que na construção de uma estratégia, o praticante deve considerar alternativas ao modelo vigente, uma vez que o mesmo pode conter falhas, estar desatualizado ou ainda, ter sido substituído por outro mais apropriado para aquele contexto.

6.4 Sugestões para políticas publicas ou movimentos sociais

Observamos em nosso trabalho, que o desenvolvimento dos aglomerados produtivos é, necessariamente, beneficiado pelo poder público. No entanto, não encontramos uma força catalizadora em nosso estudo. Posto isto, entendemos que o poder público não tem interesse ou capacidade gerencial para fortalecer aquele APL. Cremos que é necessária a criação, e principalmente execução de uma agenda para o fortalecimento das relações intrapessoais dos empresários do setor, de maneira que possa haver um aumento da produtividade das empresas ali situadas, assim como com os trabalhadores do setor. Somente com esta estreita relação é que todos os setores podem ser beneficiados pelo empreendimento.

Entendemos também, que as empresas participantes do APL devem reconhecer a população carente da cidade como não participantes da dinâmica social e efetivar uma aproximação com esta. Existe uma barreira social que trava a sua inclusão, que pode ser revertida em uma solução benéfica para todos. Somente com uma real integração entre o setor produtivo e a população de todas as classes sociais é que uma melhor qualidade de vida pode ser atingida por todos.

Referências:

ABICALÇADOS. Disponível em http://www.abicalcados.com.br. Acesso em 4 de nov. de 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ . Acesso em 15/10/2016.

BAILEY, E. *A dinâmica da estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.*São Paulo: Edições 70, 2011.

BARLEY, S. R. *Corporations, democracy and public good*. Journal of Management Inquiry, 2007.

BLOWFIELD, M.; Globalization and Poverty: A framework, Presentation to University of Cambridge, Pos-Graduate Certificate in Sustaintable Business, April 2007.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRITTO J. *Arranjos Produtivos Locais* – Perfil das Concentrações econômicas no estado Rio de Janeiro – Série Estudos – SEBRAE/RJ, 2004.

CHIKAWA, R. A.; SILVA, R. S. *Arranjos produtivos locais:* uma alternativa de empreendimento rumo ao desenvolvimento sustentável. In: Caderno de Administração. Vol. 13, Nº 2, p.13-23. JUL/DEZ. 2005

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191*

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES H. *Cooperação e Competitividade da MPME*: uma proposta de Instrumentos Financeiros voltados e Arranjos Produtivos Locais. Artigo apresentado no V Fórum da Microempresa, Rio de Janeiro 9-11 de setembro de 2002.

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE POBREZA: *Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe.*

COULERT, C: Os sistemas produtivos localizados: Da definição ao Modelo, Revista Internacional Interdisciplinar, v. 10, n. 2, pp 33-67, 2013.

COSTA, A.; BARROS, D. e CARVALHO, J. *A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo.* In: Revista de Administração Contemporânea. Vol. 15, Nº 2, PP. 179-197. Curitiba, 2011.

CRESPO A.; GUROVITZ, E. *A pobreza como um fenômeno multidimensional*, RAP.

CUNHA, Idaulo José. *Modelo de Classificação e caracterização de aglomerações industriais em economias de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, setembro de 2002.

DEATON, Angus. *Measuring and Understanding Behavior, Welfare, and Poverty*. American Economic Review, 106(6): 1221-43, 2016.

DEVINNEY, T. *Is the Socially Responsible Corporation a Myth?* The Good, the Bad, and the Ugly of Corporate Social Responsibility. Academy of Management Perspectives, 23 (2), p44-56, 2009.

DIAS, V. *O papel do SEBRAE na formulação e na execução de políticas públicas para os APL***.** In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e PRÉ- ALAS BRASIL, SET. 2012.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. The Academy of Management Review, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ERBER, Fabio Stefano. *Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais:* comentando o conceito. Nova econ**.**, Belo Horizonte , v. 18, n. 1, p. 11-31, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512008000100001&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 Oct. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512008000100001.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. *A responsabilidade social é uma questão de estratégia?* RAP, 2008.

FARIA, A. e HEMAIS, M. *Rethinking the Bottom of the Pyramid:* A critical perspective from emerging economy. In: XXXVIII EnANPAD, 2014.

FARIA, A. e WANDERLEY, S. *Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade:* repensando estrategicamente organizações familiares. In: Cadernos EBAPE.BR, Vol. 11, Nº 4. Rio de Janeiro, 2013.

FRIEDMAN, M. *The Social Responsibility of Business is to increase its Profits*. The New York Times Magazine, 1970.

FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI. *Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local confecções e moda noroeste fluminense*: relatório final. Itaperuna, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, F.; FERREIRA, J. e BARROS, S. *Configuração Empreendedora ou Configurações Empreendedoras?* Indo um pouco além de Mintzberg. XXXII Encontro da ANPAD, 32, 2008. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Global Entrepreneurship Monitor's 2013 Global Report.* Disponível em: < gemconsortium.org/docs/download/3106>. Acesso em: 14/05/2015.

GOOGLE MAPS. *Itaperuna/RJ*. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Itaperuna+-+RJ/@-21.8597077,-41.7364404,8z/data=!4m5!3m4!1s0xbc606f87547507:0xe855f070993c4bdf!8m2!3d-21.2000807!4d-41.8802333 . Acessado em 14/10/2016.

GRINER, Almog; PAES, D. C. A. S. . Endividamento da Base da Pirâmide: Políticas Públicas e Oportunismo Financeiro: III Congreso Internacional de Posgrados en Investigación Latinos en Administración y Estudios Organizacionales - Red Pilares, 2014, Porto Alegre e São Leopoldo. III Red Pilares, 2014.

GRZYBOVSKI, Denize; MOZZATO, Anelise Rebelato. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

HALL, J.; MATOS, S.; SHEEHAN, L e SILVESTRE, B. *Entrepreneurship and Innovation at the Base of the Pyramid*: A Recipe for Inclusive Growth or Social Exclusion? In: Journal of Management Studies. Vol.: 49, Nº 4, 2012

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). Qualitative methods in organizational research: a practical guide. London: Sage, p. 208-229, 1994.

HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HELD, D.; McGREW, A. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HEMAIS, Marcus Wilcox; CASOTTI, Leticia Moreira; ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 53, n. 2, p. 199-207, Apr. 2013 .

IBGE, *Cadastro Central de Empresas 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE, *Diretoria de Pesquisas*. Cadastro Central de Empresas, 2010.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais* : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015.Rio de Janeiro : IBGE, 2015.

ICHIKAWA, E. Arranjos Produtivos Locais: Uma alternativa de empreendimento rumo ao desenvolvimento sustentável, Caderno de Administração. V13, N2, p.13-23, 2005.

IPEA. O que é? Índice de Gini. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23 . Acesso em 19/10/2016.

ITAPERUNA (RJ). In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22. p. 271-275. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em 14/10/2016.

JESUS, J.A.; SPINOLA, N.D. Seis décadas da teorias dos polos de crescimento: revisitando Perroux. Revista de Desenvolvimento Econômico, Dez. 2015.

KARNANI, A.; Misfortune ate the Bottom of Pyramid: Greener Management International;Summer2006, Issue 51, p99.

KARNANI, A.; Reducing Poverty Throug Employment: Innovations, 2011, Vol.6, No. 2: 73-97.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The "singular view" in management case studies qualitative research in organizations and management. An International Journal, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

LOIOLA, E. *A reestruturação Na indústria de laticínios: os exemplos da Nestlé e Parmalat*. Organizações e Sociedade. 5(13), p. 21-36, 1998.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MACKEY, A., MACKEY, T. B., & BARNEY, J. B. *Corporate social responsibility and firm performance*: investor relations and corporate strategies. Academy of Management Review, 32(3), 817-835, 2007.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MATTEN, D., CRANE, A.: *Corporate Citizenship*: Towards an Extended Theoretical Conceptualization. Academy. Management Review, 2005.

MARTES, A. *Weber e Schumpeter*: a ação econômica do empreendedor**.** In: *Rev. Econ. Polít.* [online]. Vol. 30, Nº 2, pp. 254-270, 2010.

MCCLELLAND, D. *A sociedade competitiva; realização e progresso social.* Trad. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1972.

MCWILLIAMS, A; SIEGEL, D. CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY. *A Theory Of The Firm Perspective*. Academy of Management Review. 26(1), 117-127, 2001.

MELO, Ana Isabel. Distritos Industriais Marshallianos: o caso de Águeda. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais,* N.º 12, 2006, p. 29-52.

MELO, N. *SEBRAE e Empreendedorismo*: origem e desenvolvimento.São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MENDES, A. M. Escuta e ressignificação do sofrimento: ouso de entrevista e análise categorial nas pesquisas em clínica do trabalho. In Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (Org.), *Anais Eletrônicos do II Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Brasília, DF. Retrieved May 06, 2006, from http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico*: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUNIR, K.; ANSARI S.; GREGG, T. Beyond the Hype: Taking Business Strategy to the "Bottom of the Pyramid". **Advances in Strategic Managment,** Volume 27, p 247-276, 2010.

OHMAE, K.; *Managing in a Borderless World*. HBR, 1989.

PAINEL REGIONAL: Noroeste Fluminense/Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2015.

O DIA. *Itaperuna atrai sacoleiras atrás de preços baixos principalmente para revenda*. 14/07/2014. Disponível em: http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-14/itaperuna-atrai-sacoleiras-atras-de-precos-baixos-principalmente-para-revenda.html . Acesso em 09/11/2016.

OTTONELLI J., MARIANO, J.L., *Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste*, 2014.

PAULA, J. *Desenvolvimento local*: como fazer? SEBRAE.

PERERA, L.C.J, MOORI, R.G. *O Cluster Calçadista do Município de Franca (SP)*: um Estudo sobre a Produtividade da Mão-de-Obra. ENEANPAD, 2003.

PORTAL BRASIL. *Um país menos desigual*: pobreza extrema cai a 2,8% da população. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao . Acesso em 15/10/2016.

PORTER, M. Clusters and the New Economics of Competion. *Harvard Business Review*, 1998

PORTER, M. E.; KRAMER M. R. *Creating Shared Value*. HBR, 2011.

PRAHALAD, C. K., A Riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com lucro. Editora Bookman, 2010.

PRAHALAD, C. K. e LIEBERTHAL, K. *The end of corporate imperialism*. In: Harvard Business Review, pp. 48-57, Setembro/2002.

RIBEIRO, R. E. M; SEGATTO, A. P; COELHO, T. R**.** *Inovação social e estratégia para a base da pirâmide:* mercado potencial para empreendedores e pequenos

negócios. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n.2, p.55-72, 2013**.**

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil* – Afinal, de que se trata? Editora FGV 3ª Edição 2006.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica De Educação*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007- . Quadrimestral. ISSN 1982-7199. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br

SANTOS, L.C; VARVAKIS, G. *Redes de pequenas e médias empresas*: organizações virtuais vs. Clusters. 23º Encontro Anual Da Anpad (1999: Foz do Iguaçu). Anais eletrônicos. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

SCHERER, A.; PALAZZO, G. *The New Political Role of Business in a Globalized World*: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. Journal of Management Studies, 2013.

SEBRAE. *Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira*. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf . Acesso em 4 de nov. de 2016.

SEM, A. *Poverty and Famines*, 1981.

SINDIVEST. *Sindicato da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo*. Disponível em: http://www.sindvest.com.br/#conselhomoda acesso em 5 de nov. de 16.

TESTA M.G., FRONZA, P., PETRINI M., & PRATES J.C. *Análise da contribuição do programa bolsa família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários*. RAP, 2013

SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *17 goals to transform the world*. Disponível em: http://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/ . Acesso em 20/09/16.

TEDESCO, Juan Carlos. (2002). Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 2002. p. 13-28.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. Case research in operations management. International Journal Of Operations & Production Management, v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

WORLD BANK. Disponível em: http://data.worldbank.org/ acesso em 1/10/2016.